EAESP/FGV
BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
PERIÓDICOS

PREÇOS DE TERRAS E SALÁRIOS NO MEIO RURAL

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

VOLUME 12 NÚMERO 10 OUTUBRO DE 1988

IMPRESSO

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA
CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS

AGROANALYSIS

Editor: Sylvio Wanick Ribeiro **(Chefe do Cea/Ibre/FGV)**

Núcleo editorial: Boris Gheventer, Fernando Roberto de Freitas Almeida e Maria José Cyhlar Monteiro.

Núcleo central de pesquisadores: Boris Gheventer **(preços no nível do produtor)** v a g o **(pecuária e cacau)**; Eliana Conde Barroso Leite Viglio **(arroz e feijão)**; Fernando Roberto de Freitas Almeida **(oleaginosas, trigo e uva)**; v a g o **(algodão, outras fibras vegetais e laranja)**; Irene Raguenet Troccoli **(milho, aves e suínos)**; Janet Fajardo Zaidhaft **(batata, cebola e mamona)**; Maria José Cyhlar Monteiro **(política agrícola)**; Martha Macedo de Lima Barata **(aveia, centeio, cevada e sorgo)** e Virgínia Cardoso W. Vieira **(café)**.

Estatística (preços no nível do produtor): Adib Jamil Amin **(preços de terras, salários e serviços)**; Lúcio Junqueira Campos **(preços recebidos)**; Mário Sachs Rabello **(índices e relações de trocas)**; e Oraide Terezinha Novaes **(preços de insumos)**.

Documentação: Glória Maria Teixeira Grego **(bibliotecária)** e Maria Célia Ávila Bezerra.

Técnico de editoração: João Daniel de Castro Filho.

Serviços de secretaria: Vilma Tavares de Lima Oliveira **(secretária)**; Lúcia Maria Santos de Paula e Rosa Cristina da Silva Leite.

Estagiários: Alexandre Manoel Cabral Rodrigues Junior, Brena Paula Magno Fernandez, Lenice Ypiranga Benevides de Araújo e Marcos Arzua Barbosa.

Microcomputador: Bruno da Silva Junior.

Composição: Iolanda Aparecida da Silva e Neli Martins Mascarenhas.

Arte, incluindo capa, gráficos, ilustrações e diagramação: Pedro Marcílio da Silva Leite.

Impressão: Gráfica Portinho Cavalcanti Ltda. (PABX 224-7732 – 231-3213).

É permitida a reprodução total ou parcial do **Agroanalysis**, desde que seja citada a fonte.

Agroanalysis, v.1– ,n.1– 1977–
1977
mensal CDU 631(05)

Praia de Botafogo, 190 – 8º and.
22,250 – Botafogo – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL
Telefone Geral da FGV: PABX 551-1542
Caixa Postal: 9052
20.000 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil
Telex: 212-3840 FGVE BR

NOVO ENDEREÇO

Solicita-se aos leitores que, na eventual comunicação de mudança de endereço, remetam a etiqueta do último **Agroanalysis** recebido.

EAESP/FGV
BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
PERIÓDICOS

NOTA DA EDIÇÃO

Em setembro de 1987, através do voto 435/87 do ***Conselho Monetário Nacional,*** *foram dados os primeiros passos para a adoção de novos critérios para intervenção governamental no comércio de produtos agrícolas. Até a safra 1987/88, não vigiam regras explícitas para a entrada do* ***Estado*** *nestes mercados. Em fevereiro último, o* ***Ministério da Agricultura*** *definiu os mecanismos a serem empregados para a estabilização dos preços no ano em curso.*

O eixo da nova política foi a criação da ***faixa de livre mercado*** *(situada entre o* ***preço mínimo*** *oficial e* ***preços de referência*** *estabelecidos) cuja ultrapassagem de seu limite superior, pelos preços praticados na praça mais representativa, acarretará a pronta venda dos estoques governamentais.*

Iniciando-se o plantio da safra 1988/89, pode-se ver o acerto da delimitação da atividade estatal. Apesar dos níveis satisfatórios registrados na última colheita, os preços evoluíram de maneira menos desfavorável aos agricultores, ao longo do ano. Evidentemente, tal situação constitui o principal estímulo ao plantio e, não houvesse o fenômeno da atração exercida pela soja, várias lavouras tradicionais, como as do arroz, feijão (este, porém, prejudicado pela estiagem na época da semeadura) e milho apresentariam melhor desempenho.

Houve críticas à atual regra, centradas na suposição de serem excessivamente elevados os ***preços de intervenção.*** *Registraram-se, outrossim, denúncias de manipulação das cotações, com vistas a impedir a superação do limite maior da faixa, que detona as vendas oficiais. Contudo, se, afinal, os estoques detidos pelo governo não evoluíram, tendo sido, mesmo, acrescidos com as compras de produção dos estados centrais, há que ter em mente a grande importância desta fase de transição da anomia, para a clara definição do papel dos diferentes agentes econômicos.*

Extravasa ao poder central, em condições normais, a tarefa de ***carregar no tempo*** *estoques de alimentos, entregando-os à intermediação na entressafra, geralmente arcando com subsídios. Em época de taxas de inflação elevadas, as perturbações daí derivadas se magnificam.*

Assim, independentemente da evolução futura da safra, sabe-se que haverá parâmetros definidos – situação rara no país – para a próxima comercialização. A nova política está passando por seus primeiros testes. Espera-se que mereça tão-somente aperfeiçoamentos, daqui para a frente.

SUMÁRIO

PRODUTOS VEGETAIS
- Feijão 2
- Mandioca 6
- Milho 9
- Soja 15

ENSAIOS ESPECIAIS
- Cacau 19
- Preços de Terras e Salários no Meio Rural 25

ACOMPANHAMENTO CONJUNTURAL DA AGROPECUÁRIA
- Café 29
- Cebola 30

PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA 31

PREÇOS RECEBIDOS E RELAÇÃO DE TROCAS 33

PANORAMA AGROPECUÁRIO – PREÇOS
- Mercado Externo 34
- Mercado Interno 36
- Relativos 38

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS 40

FEIJÃO

A ausência de medidas artificiais de contenção de preços e o estabelecimento de critérios racionais para a venda dos estoques do governo permitiram uma comercialização mais tranqüila, em 1988. O mercado, contudo, ainda se ressente de falta de ***transparência.***

Nos últimos anos, o mercado do feijão se tem caracterizado por comportamento razoavelmente definido do preço relativo **feijão-preto/feijão-de-cores**, razão que, usualmente, indicava a superioridade dos preços dos **feijões-de-cores** em relação aos do **feijão-preto** (ver Gráfico 01). De 1984 até o começo deste ano, este quociente raras vezes ultrapassou a unidade, no nível do atacado, o que quer dizer, entre outras razões, que, embora estes produtos tenham sido alvos freqüentes dos controles oficiais de preços, era sobre o **feijão-preto** que estes costumavam incidir de forma mais pesada. Não obstante este fato estivesse relacionado à constante preocupação com os impactos das elevações de preços do **feijão-preto** no Rio de Janeiro[1], a incongruência destas interferências residia no fato de os agricultores reagirem prontamente à redução dos preços que elas provocavam, reduzindo sua área de plantio.

Submetida a diversos mecanismos de desestímulo, a produção, extremamente instável, por sua condição de precariedade e vulnerabilidade, deixou transparecer ainda mais o ritmo cíclico de seus resultados. Entretanto, o fato de o governo não ter permitido que o **feijão-preto** registrasse comportamento de preços mais flexível nos últimos anos, intensificou, de forma particular, a dependência de importação para suprir os **déficits** de oferta da variedade.

Para se ter uma idéia, de 1984 ao início deste ano, as importações de **feijão-preto** corresponderam a 51% da quantidade total de feijão comprada no exterior durante o período, quando foram trazidas cerca de 206 mil t. Levando-se em conta que, atualmente, o consumo anual de **feijão-de-cores** equivale a aproximadamente quatro vezes o consumo de **feijão-preto**, (ver Quadro 01), este praticamente restrito ao **Rio de Janeiro** e **Rio Grande do Sul**, ressalta-se consideravelmente a importância relativa que o mercado externo assumiu na condução da política de abastecimento para este último produto. A ineficiência dessas medidas localizou-se em dois pontos principais: as restrições impostas pela existência de um mercado internacional extremamente limitado e a extemporaneidade costumeira das importações, cujos efeitos sobre a produção são bastante conhecidos.

Este ano, modificados os critérios de venda dos estoques de produtos agrícolas e estabelecidas normas disciplinares para a colocação de produto importado no mercado (ver **Agroanalysis**, volume 12, número 1, janeiro de 1988, seção **Preceitos de Política Agrícola**), puderam ser esboçadas condições mais ajustadas na comercialização.

Na ausência de medidas artificiais de contenção e, promovida a unificação dos tratamentos concedidos às duas variedades pelas regras de comercialização (neste caso, o **feijão-preto** foi beneficiado pelo preço referencial de intervenção, calculado

QUADRO 01 – FEIJÃO – BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA – 1986/87 E 1987/88

ESPECIFICAÇÃO	FEIJÃO (TOTAL)		FEIJÃO-PRETO	
	1986/87	1987/88[1]	1986/87	1987/88[1]
Estoque Inicial	267,2	106,3	111,6	86,2
Produção	2.108,0	2.699,0	484,9	423,3
Importação	35,0	10,0	30,0	10,0
Suprimento	2.410,2	2.815,3	626,5	519,5
Consumo	2.300,0	2.600,0	540,3	480,0
Excedente	110,2	215,3	86,2	39,5
Exportação	3,9	3,0	0,0	0,0
Estoque Final	106,3	212,3	86,2	39,5

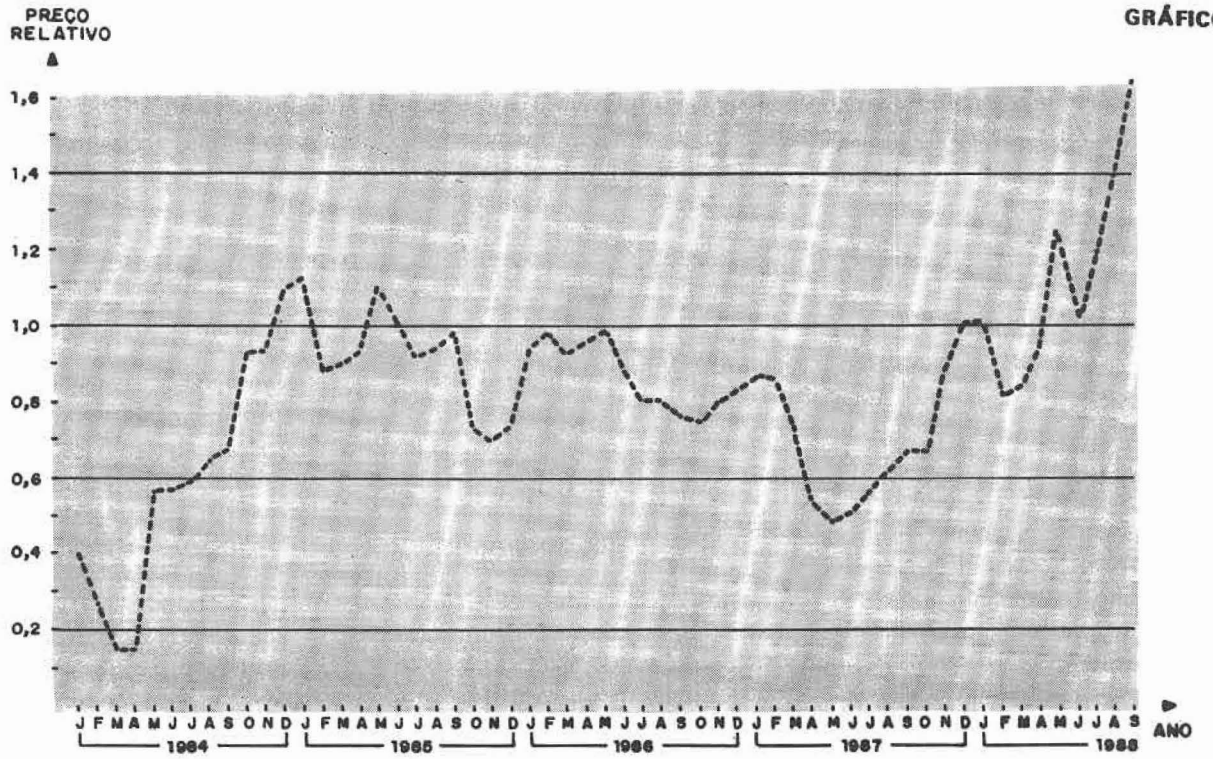
FONTE – CFP.
[1] Estimativa de agosto de 1988.

1 É bom lembrar que, até 1985, o **IGP-DI** era usado oficialmente para expressar a inflação e em sua composição está inserido, entre outros, o **Índice de Preços ao Consumidor**, cuja praça de coleta de preços é a cidade do Rio de Janeiro.

EAESP/FGV
BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
PERIÓDICOS

BRASIL – PREÇOS RELATIVOS FEIJÃO-PRETO/FEIJÃO-CARIOCA* – 1984-88

GRÁFICO 01

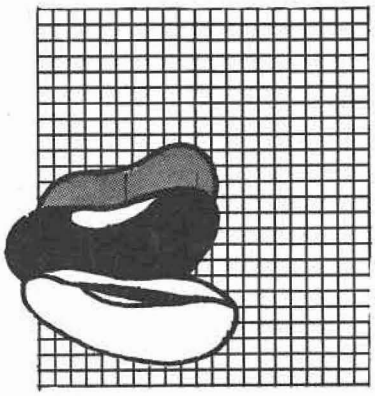


FONTE – CFP.

* **Feijão-preto – atacado do RJ/Feijão-carioca – atacado de SP.**

com base no comportamento histórico das cotações do **feijão-carioca**, comparativamente melhor) os preços do **feijão-preto** ensaiaram recuperação e subiram com muita vantagem em relação aos dos **feijões-de-cores**. Graças à excelente safra **de cores** obtida este ano, o abastecimento dessas variedades transcorreu com bastante tranqüilidade e seus preços evoluíram apenas acompanhando a variação da **OTN**. Em oposição a este desempenho, o quadro de oferta e demanda observado para o **feijão-preto** conjugou-se à maior mobilidade concedida ao mercado para favorecer a inversão do tradicional comportamento do preço relativo (**feijão-preto/feijão-de-cores**). No final de setembro, os preços do **feijão-preto** no atacado chegaram a alcançar o dobro das cotações do **feijão-carioquinha**.

Como era de se esperar, esta disparidade nos preços exerceu certa pressão de demanda no mercado de **feijão-de-cores**, em detrimento do **feijão-preto**. Sabe-se, entretanto, que a interação substitutiva entre os dois produtos é normalmente pequena. A progressiva restrição de renda da população, porém, certamente atuou como forte indutor neste sentido, tendo sido perceptível alguma modificação no perfil da procura do consumidor do **Rio de Janeiro**. Embora seja difícil acompanhar de modo mais preciso a dinâmica deste deslocamento, face à conhecida carência de dados neste nível, estima-se que, este ano, o consumo de **feijão-de-cores** deverá crescer 20,5% em relação ao do ano passado, enquanto a demanda pelo **feijão-preto** registrará uma queda de pelo menos 11%, comparativamente a 1987, situando-se, de acordo com a **CFP**, ao redor de 480 mil t.



Confrontado com os resultados alcançados pela **safra das águas** nos últimos cinco anos, pode-se considerar que, este ano, seu desempenho foi excelente. Há que observar, no entanto, que, apesar do crescimento de cerca de 60% em relação à **safra das águas** anterior, a produção será

pouco superior ao recorde obtido em 1982 (ver **Agroanalysis**, volume 12 número 6, junho de 1988) devendo situar-se, de acordo com o **IBGE**, ao redor de 1,7 milhão de t.

Registrou-se notável ganho de rendimento físico em relação ao ano anterior, passando a média nacional de 364 kg/ha para 507 kg/ha, devendo-se ressaltar, entretanto, que este nível de produtividade é, ainda, muito baixo. Esta recuperação foi atribuída, principalmente, às boas condições climáticas que beneficiaram as principais regiões produtoras este ano (sobretudo as do **Centro-Sul**), que se estenderam não somente às lavouras de primeira época, como, também, àquelas conduzidas na estação **seca**. Pela mesma razão, portanto, a **segunda safra** pode apresentar também acréscimo significativo, em relação a 1987, devendo atingir, de acordo com as últimas previsões do **IBGE**, cerca de 1,3 milhão de t.

A estiagem que atingiu algumas importantes regiões produtoras, como Irecê, no início do ano, ocasionando a quebra da primeira safra baiana, e estados do **Centro-Sul**, mais recentemente, contribuiu para promover um certo **aquecimento** do mercado de **feijão-de-cores** naquelas ocasiões, mas não chegou a comprometer a normalidade do abastecimento. Contrabalançadas pela boa safra nordestina (**plantio da seca**), as perdas foram diluídas no transcorrer da comercialização[2] e as elevações abruptas de preços ficaram por conta de pressões especulativas.



QUADRO 02 – FEIJÃO – EVOLUÇÃO REAL DOS PREÇOS NO ATACADO E NO VAREJO NO RIO DE JANEIRO E EM SÃO PAULO – 1988 – Cz$/kg

MÊS	FEIJÃO-PRETO – RIO DE JANEIRO		FEIJÃO-CARIOCA – SÃO PAULO	
	ATACADO	VAREJO	ATACADO	VAREJO
Janeiro	152,72	208,43	148,00	212,79
Fevereiro	140,70	194,46	173,70	239,86
Março	174,41	200,45	205,38	299,10
Abril	164,85	224,42	177,83	272,38
Maio	192,47	309,63	156,54	249,20
Junho	180,79	281,44	181,10	250,11
Julho	179,02	269,73	150,47	245,72
Agosto	198,75	265,96	142,50	215,84
Setembro	330,26	288,72	201,11	262,46

FONTE – CFP, Sunab.
1 Preços corrigidos pelo IGP-DI, para setembro de 1988.

Conforme mostra o Quadro 02, a comercialização dos **feijões-de-cores** vem sendo caracterizada por freqüentes reduções reais nos preços, sobretudo nos meses em que a concentração de oferta dificultou a absorção pelo mercado (de abril a maio, quando a entrada da safra paulista coincidiu com a liberação dos estoques das cooperativas vinculados aos EGF; a partir de julho, com a intensificação da colheita na **Bahia, Pernambuco** e **Alagoas**). É curioso observar, no entanto, que os preços do **feijão-preto** também apresentaram desvalorizações no primeiro semestre, apesar de ter havido, neste período, certa expectativa de escassez.

Há coerência em justificar estes movimentos descendentes, relacionando-os a recuos de demanda frente a preços considerados proibitivos pelo consumidor e, principalmente, à forte influência exercida, concomitantemente, pelo mercado de **feijão-de-cores**.

A estrutura pouco **transparente** da comercialização parece prosseguir dificultando o gerenciamento do abastecimento, em um nível tolerável das distorções propositais de preços. O governo tentou, mas não conseguiu, refrear a alta vertiginosa dos preços do **feijão-preto**, através da colocação de seus estoques reguladores em leilão, após o mercado evi-

2 No caso da **seca** que atingiu a região **Centro-Sul** nos meses de agosto e setembro, sua influência imediata sobre o mercado foi meramente especulativa. Os fatores climáticos adversos são freqüentes geradores de expectativas que rapidamente alteram o comportamento dos preços e costumam ser "aproveitados" pelo mercado, como aparentes causas de variações bruscas na oferta. Para o **feijão-de-cores**, os efeitos desta **seca** virão um pouco mais à frente, com o prolongamento da entressafra, devido ao atraso no plantio e com o agravante de que, em alguns casos, houve perda da época recomendada para a instalação das lavouras. Entretanto, há estoque de produto suficiente para atender a demanda até, pelo menos, o início de dezembro e, apesar da perspectiva de redução gradual da oferta, esta não justificou as sensíveis elevações de preços observadas em setembro no mercado atacadista de **São Paulo**. Tanto é que, logo a seguir, essa tendência arrefeceu. Para o **feijão-preto**, a situação não mudou muito: seu plantio pode ser efetuado mais tardiamente e, nas regiões onde se concentra o cultivo (Sudeste e Sul do **Paraná, Santa Catarina** e **Rio Grande do Sul**), o início das chuvas, no final de setembro, já havia permitido a implantação normal das culturas.

BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
PERIÓDICOS



denciar as condições normativas para a intervenção, em meados de setembro. Nos primeiros leilões, realizados em diversas capitais, os estoques oferecidos escoaram-se rapidamente e com muita disputa, fato coerente com o argumento de que o mercado enfrenta uma escassez e o governo praticamente se constituiu no único fornecedor do produto. Curiosamente, no segundo leilão realizado no **Rio de Janeiro**, observou-se pouco interesse por parte dos atacadistas cariocas e, posteriormente, em leilão destinado exclusivamente a varejistas, das 2 mil t oferecidas, apenas 180 t foram adquiridas, apesar de o preço de abertura ter sido fixado em Cz$ 9.795,00 pela saca de 60 kg, enquanto o mercado praticava cotações em torno de Cz$ 20.000,00/60 kg. Após a suspensão temporária dos leilões, pelo receio da existência de manobras especulativas da intermediação, o governo decidiu transferir 4 mil t originárias de seus estoques à **Cobal**, para venda direta ao consumidor, a preços correspondentes a 60% dos praticados no varejo na primeira quinzena de outubro. A **CFP** informou que não haveria subsídios implícitos nesta operação, uma vez que o preço de remissão do produto por esta instituição era inferior ao estabelecido para o **repasse** à **Cobal** na ocasião.

Com relação às importações, sabe-se que os estoques argentinos não estão muito elevados e há dificuldades em concretizar as operações, que seriam realizadas pela iniciativa privada. A baixa disponibilidade de produto exportável (a **CFP** estima que há apenas 30 mil t na **Argentina** a serem transacionadas) somou-se à quebra de safra em alguns países da **América do Sul**, para promover uma elevação substancial das cotações em nível internacional. Em outubro, o feijão argentino já estava sendo cotado a US$ 700,00/t, enquanto, no ano passado, à mesma época, as importações brasileiras haviam sido contratadas a US$ 270,00, aproximadamente.

Para a safra 1988/89, o incentivo concedido à produção via preços mínimos[3] (que embutirão um prêmio adicional de 5%) e limites de financiamento de 100% do **VBC** para todas as categorias de produtores, extensivo a todos os projetos irrigados independentemente do seu tamanho, foi bem recebido pelos produtores e se agrega ao estímulo gerado pelo comportamento do mercado, na recente comercialização, para influenciar positivamente a intenção de plantio. Contudo, não deverão ocorrer acréscimos expressivos na área plantada da próxima **safra das águas**, uma vez que a estiagem provocou perda da época de plantio em algumas regiões. Aliás, no **Paraná**, de acordo com o **Deral**, deverão ser cultivados apenas 525 mil ha, quando, normalmente, são plantados 700 mil ha na **primeira safra**. No sul do estado, o plantio de **feijão-preto** está bastante estimulado e embora não existam ainda informações precisas, tal situação, evidentemente, é reflexo do bom resultado econômico recém-obtido pela variedade e, possivelmente, deverá reverter o processo de substituição pelos **feijões-de-cores**, que vinha sendo detectado na região e que culminou com a atual insuficiência de oferta.



3 De modo geral, o preço mínimo vem-se constituindo em instrumento bastante eficiente, de estímulo à lavoura compensando a fragilidade da política de apoio ao produto de uma forma global. É recomendável, no entanto, que o preço mínimo oscile dentro de determinados limites cuidadosamente estabelecidos: ainda que a superestimação de seus valores condicione uma proteção ao elevado risco da atividade, quando demasiada, dificulta a absorção dos custos pelo mercado, deprimindo preços e forçando a intromissão do governo.

MANDIOCA

Um período prolongado de desestímulo aos produtores reduziu a oferta e elevou os preços. Os consumidores, por sua vez, procuram alternativas para um alimento tradicional, cujos preços se tornaram proibitivos face ao baixo poder aquisitivo da população.

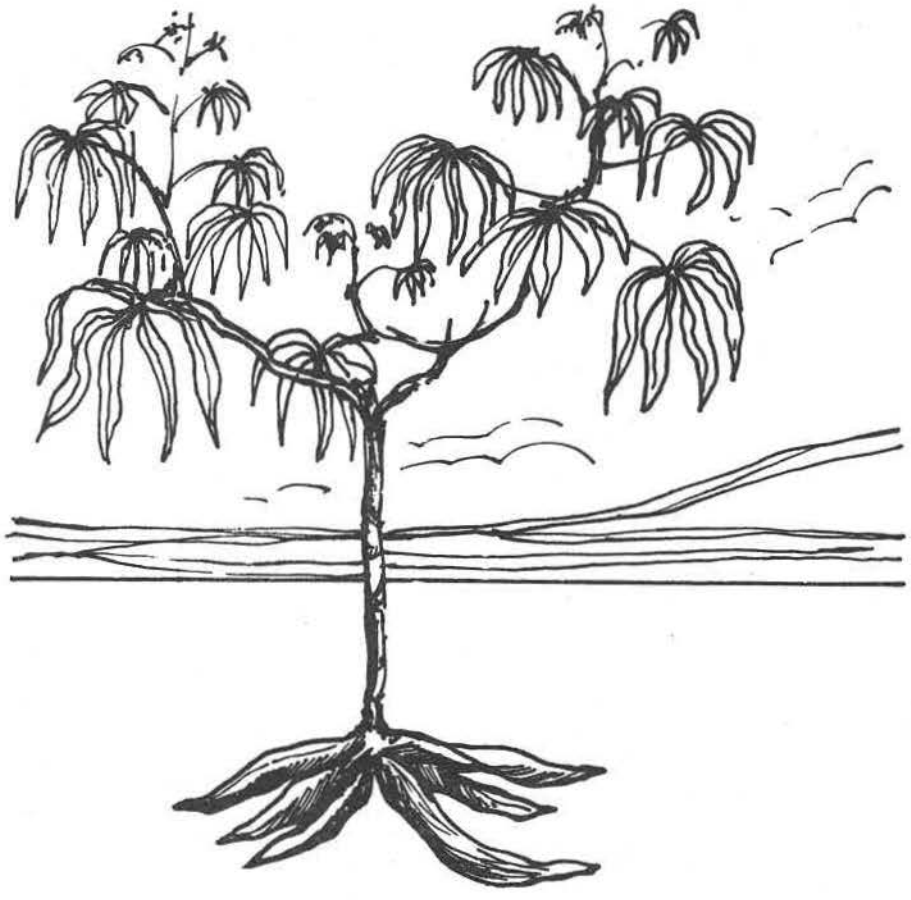
A mandioca é lavoura das mais tradicionais e suas adaptabilidade e versatilidade na elaboração de alimentos deram-lhe grande importância na dieta das populações interioranas. No entanto, apenas recentemente passou a merecer estudos mais aprofundados com vistas a seu aprimoramento, permanecendo, em verdade, pouco explorada.

Segundo trabalho da **Petrobrás Fertilizantes S.A.**[1], citando dados da **Embrapa**, estima-se que, no **Brasil**, existam mais de dez mil variedades de mandioca, das quais mil foram catalogadas no **Banco de Germoplasma**, do **Centro Nacional de Pesquisa de Mandioca e Fruticultura (CNPMF)**, englobando mais de quarenta diferentes características (da parte área e da raiz).

O **Nordeste**, normalmente, contribui com mais de 50% da produção e 95% dos agricultores enquadram-se na classificação de pequeno produtor. Cerca de 80% da produção obtida na região são usados na fabricação de farinha. As regiões **Sudeste** e **Sul** costumam responder por aproximadamente 30% da produção e alcançam os maiores índices de produtividade física das plantações.

Nessas regiões, a mandioca é também muito usada nas indústrias produtoras de amido e na alimentação animal, principalmente para gado leiteiro e suíno. O consumo de raízes **in natura** também é freqüente em algumas regiões onde se concentram os cultivos de **mandioca mansa**, conhecida como **aipim** e **macaxeira**.

O último ano considerado bom para a produção da mandioca foi 1984. No período de 1985 a 1987, a atividade passou por uma de suas piores crises. Sem conseguir recuperar os preços baixos de 1985, produtores e industriais enfrentaram ainda dois tabelamentos no varejo, durante a vigência do **Plano de Estabilização Econômica** e do **Plano de Consistência Macroeconômica (Plano Bresser)** e, em conseqüência disso, o governo se tornou, em 1986, o maior comprador de farinha de mandioca do país, estocando cerca de 180 mil t. Apesar de 100 mil t terem sido exportadas para países da **Comunidade Econômica Européia**, a venda das 80



1 Projeto Produtividade Agrícola.

EAESP/FGV
BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
PERIÓDICOS

QUADRO 03 – BRASIL – PRODUÇÃO DE MANDIOCA – 1984-88

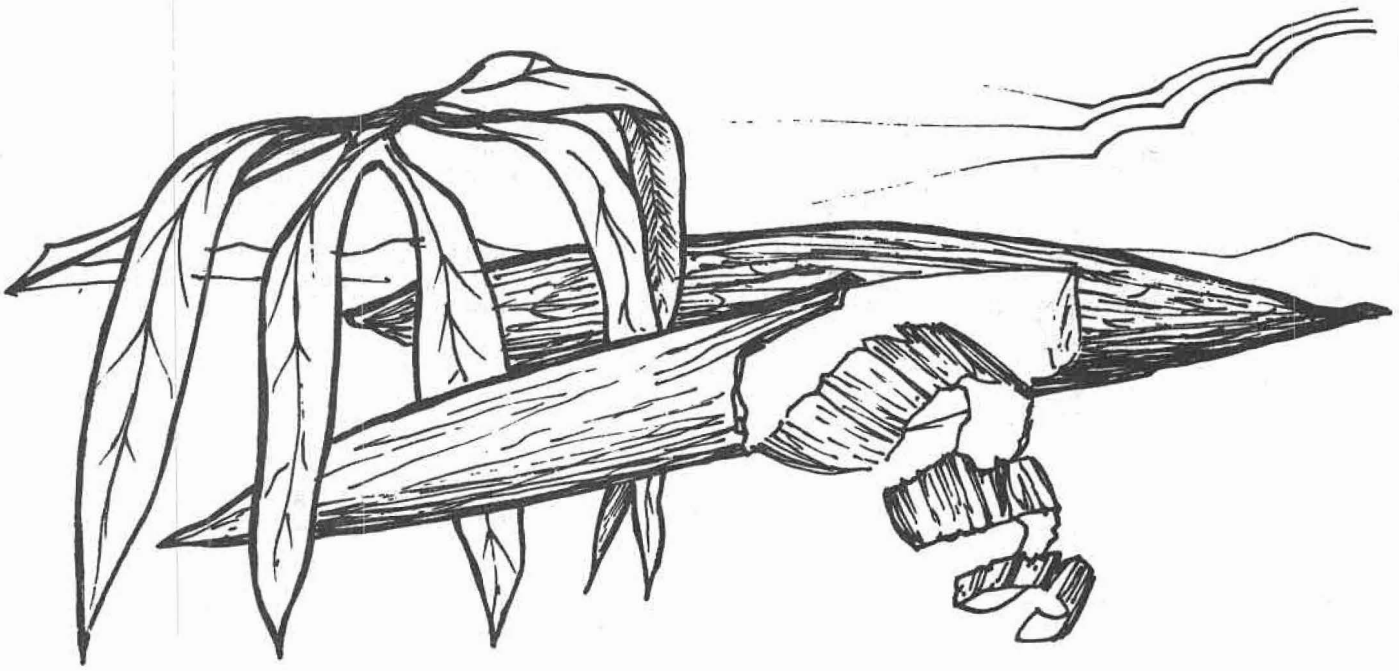
UNIDADE DA FEDERAÇÃO	VARIÁVEL	1984	1985	1986	1987*	1988[1]
BA	Área (ha)	382.500	409.000	417.000	310.000	270.000
	Produção (t)	4.350.804	5.317.000	5.421.000	3.937.000	3.429.000
	Rendimento (kg/ha)	11.375	13.000	13.000	12.700	12.700
PA	Área (ha)	133.707	146.185	173.030	160.462	155.085
	Produção (t)	1.645.339	1.903.943	2.318.573	2.024.370	1.958.604
	Rendimento (kg/ha)	12.306	13.024	13.400	2.616	12.629
PR	Área (ha)	73.688	85.800	85.800	85.445	86.600
	Produção (t)	1.446.258	1.722.864	1.700.000	1.853.950	1.818.600
	Rendimento (kg/ha)	19.627	20.080	19.814	21.698	21.000
RS	Área (ha)	127.275	127.601	134.565	132.450	136.601
	Produção (t)	1.410.255	1.515.830	1.592.008	1.693.565	1.756.689
	Rendimento (kg/ha)	11.080	11.879	11.831	12.786	12.860
PI	Área (ha)	61.740	66.910	120.784	157.699	135.547
	Produção (t)	673.376	1.013.463	1.779.956	1.773.375	1.692.767
	Rendimento (kg/ha)	10.907	15.147	14.737	11.245	12.488
MA	Área (ha)	204.353	165.320	228.352	242.460	188.521
	Produção (t)	1.647.785	1.020.687	1.808.315	1.965.868	1.503.804
	Rendimento (kg/ha)	8.063	6.174	7.919	8.108	7.977
PE	Área (ha)	149.760	144.555	141.168	132.794	113.689
	Produção (t)	1.516.320	1.474.707	1.429.580	1.291.373	1.141.110
	Rendimento (kg/ha)	10.125	10.202	10.127	9.725	10.037
SC	Área (ha)	83.102	87.060	84.812	75.738	78.000
	Produção (t)	1.090.968	1.149.192	1.224.186	1.221.229	1.092.000
	Rendimento (kg/ha)	13.128	13.200	14.434	16.124	14.000
OUTRAS	Área (ha)	599.414	633.325	664.802	637.763	580.237
	Produção (t)	7.508.042	7.954.840	8.282.379	7.739.227	7.116.514
	Rendimento (kg/ha)	12.526	12.560	12.458	12.135	12.265
BRASIL	Área (ha)	1.815.539	1.865.756	2.050.313	1.934.811	1.744.280
	Produção (t)	21.289.147	23.072.526	25.555.997	23.499.957	21.509.088
	Rendimento (kg/ha)	11.726	12.366	12.464	12.146	12.331

FONTE – IBGE.
[1] **Estimativa de agosto;**
* **Dados sujeitos a retificação.**

mil t restantes continuou a deprimir os preços em 1987, mesmo depois do fim do **congelamento** imposto pelo **Plano de Estabilização Econômica.**

Segundo dados do **IBGE** (ver Quadro 03) a área plantada caiu de 2 milhões de ha, em 1986, para 1,9 milhão, no ano seguinte. A previsão de área a ser colhida este ano é de apenas 1,7 milhão de ha. A produção diminuiu, no mesmo período, de 25,5 milhões de t para 23,5 milhões de t e, segundo estimativas preliminares, será ainda menor a produção este ano: cerca de 22 milhões de t, caso se confirmem as avaliações de perda de 20% a 30% de **manivas,** causada pela estiagem. Neste caso, de pouco adiantará o incentivo ao plantio consubstanciado no aumento real de 42% sobre o preço mínimo para a próxima safra.

A política agrícola para a cultura não tem sido satisfatória, devido ao seu longo ciclo, de doze a dezoito meses, período que compreende o último mês de correção dos preços



mínimos de uma determinada safra e os preços da próxima safra, acarretando acentuados prejuízos.

Até 1985, tinha-se a seguinte situação:

a) o preço mínimo era fixado a partir de abril e permanecia inalterado até o ano seguinte;

b) a perda mensal acumulada aumentava, devido aos altos índices de inflação; e

c) o mercado era afetado, ainda que indiretamente, pelos subsídios concedidos ao trigo e, eventualmente, ao milho e arroz.

Já na safra 1986/87, a correção mensal dos preços mínimos se deu pelo **IPP (Índice de Preços Pagos pelos Produtores).** Este não teve vida longa como indexador e, enquanto foi adotado, esteve defasado em relação ao mês de sua aplicação. Foi aplicado apenas para os meses de abril, maio e junho, ficando os demais meses sem qualquer correção. Enquanto isso, os custos de produção seguiram aumentando.

Todos estes fatores desanimaram os produtores, daí, a redução na produção.

Para a safra 1988/89, a correção mensal dos preços mínimos é dada pela variação da **OTN,** até o final da comercialização.

Os **VBC** continuam indexados à **OTN,** para evitar a desvalorização ao longo dos meses da liberação das parcelas.

A acentuada escassez na produção de mandioca fez com que os preços da farinha se elevassem e, com isso, os consumidores passassem a procurar outros produtos substitutos da **cesta básica,** como o arroz, fubá de milho e macarrão.

O consumo do arroz, no interior (**arroz de sequeiro**), poderia aumentar, em função de novos recuos no uso da mandioca. Registre-se que este cereal tem apresentado recente expansão na produção, derivada de política agrícola favorável. O mesmo poderia ser feito para o cultivo de mandioca, que possui um **leque** bem maior de usos alternativos.

O possível deslocamento da demanda da farinha de mandioca para o arroz pode ser explicado da seguinte maneira:

a) os preços da farinha podem ter atingido o seu ponto máximo, a partir do qual o consumidor passa para um produto substituto; e

b) a renda dos assalariados vem decrescendo em termos reais, forçando com isso a queda do consumo **per capita** de diversos produtos básicos da alimentação.

Maria Tamar Macedo Varão, economista

MILHO

*As normas do **VBC** e dos preços mínimos, para a safra 1988/89, visam estimular a produção de milho, compensando a ausência de mercado externo e as deficiências da comercialização interna. A intenção de plantio, contudo, revela nítida preferência pela soja.*

O milho destacou-se entre as lavouras beneficiadas com a definição dos instrumentos de política agrícola para a safra de verão 1988/89. O governo estabeleceu o financiamento de 100% das necessidades de crédito de custeio, para todas as categorias de produtores rurais, além de aplicar prêmio de 15% sobre o preço mínimo (Cz$ 1.698/60 kg, em agosto).

Houve, assim o desejo de manter o incentivo à atividade, iniciado no último ano-safra, quando uma das incontáveis conseqüências do fracassado **Plano de Estabilização Econômica** foi justamente a retração da área de cultivo do cereal.

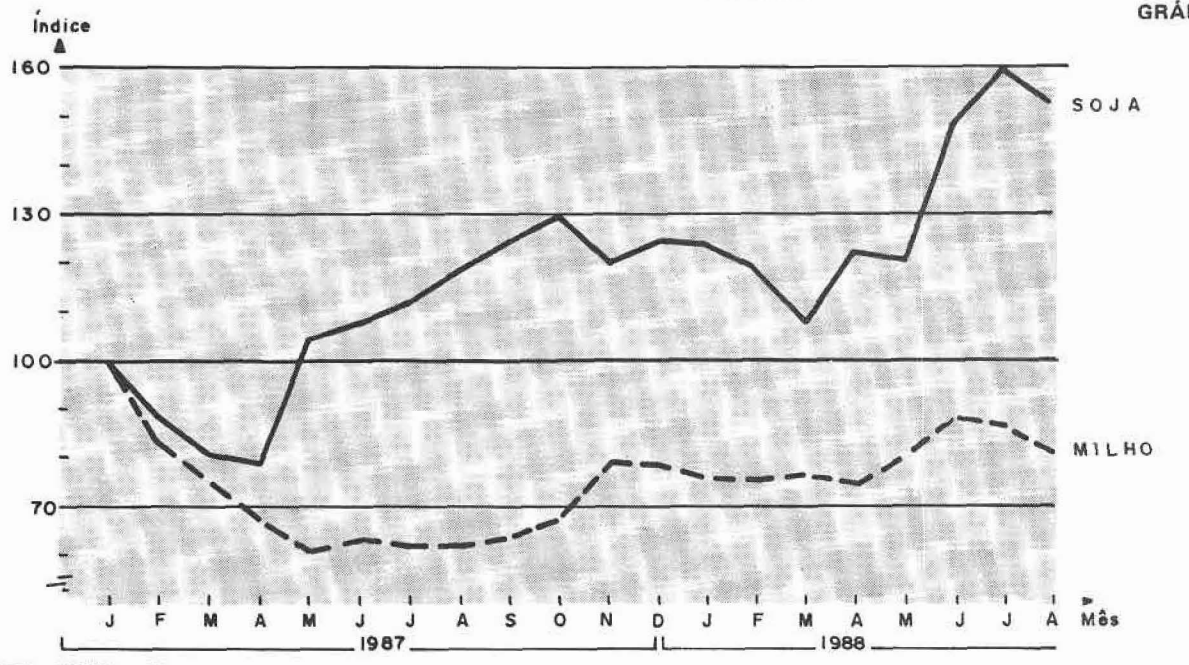
Segundo avaliação do **IBGE**, a recente colheita alcançou 24,8 milhões de t, cerca de 7% a menos do que a do ano passado. A área plantada foi 3% menor, chegando a 13,2 milhões de ha. O rendimento físico médio diminuiu 5%, aproximadamente.

As estimativas da safra 1987/88 referentes à região **Centro-Sul** espelham o desalento dos agricultores em relação ao milho, após terem comparado o comportamento de seus preços **vis-à-vis** os da soja, na comercialização da safra 1986/87 (ver Gráficos 02 e 03). Nesta região, a área colhida diminuiu 11% em 1988, relativamente ao ano anterior. As maiores retrações ocorreram no **Paraná** e **Rio Grande do Sul** (ver Quadro 04). No caso deste último, há que ressaltar as perdas derivadas da estiagem, no verão passado. A concorrência da soja, ali, foi acentuada, com sua área de plantio crescendo 9% (no **Paraná**, expandiu-se 23%!).

Registre-se que não poderia ter sido outra a reação dos produtores rurais. Afinal, além de não contarem com o suporte proporcionado pelo mercado externo, está o milho dire-

RIO GRANDE DO SUL – SOJA E MILHO – ÍNDICES[1] DE PREÇOS MENSAIS REAIS[2] RECEBIDOS PELOS PRODUTORES JANEIRO DE 1987 A AGOSTO DE 1988

GRÁFICO 02

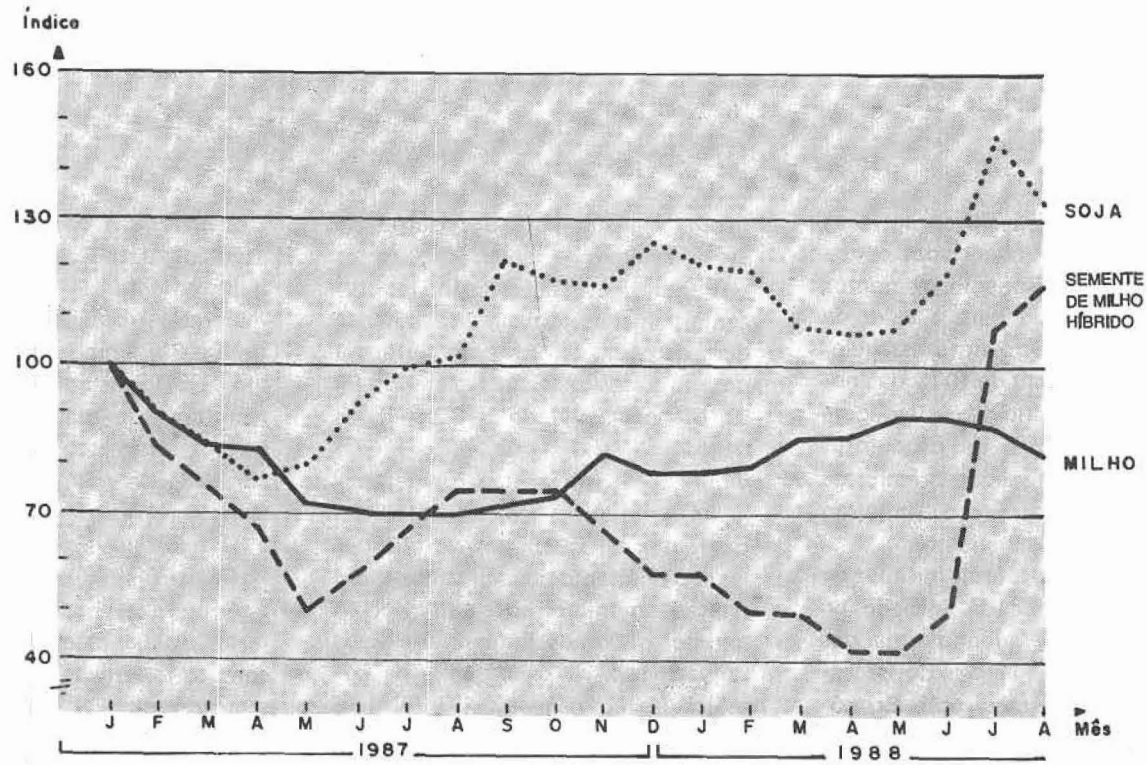


FONTE – FGV/Ibre/Cea.

1 Janeiro de 1987 = 100. **2 IGP-DI, para agosto de 1988.**

PARANÁ – ÍNDICES[1] DE PREÇOS MÉDIOS MENSAIS REAIS[2] DE SOJA E DE MILHO RECEBIDOS PELOS PRODUTORES, E ÍNDICES[1] DE PREÇOS MÉDIOS MENSAIS REAIS[2] DE SEMENTE DE MILHO HÍBRIDO PAGOS PELOS PRODUTORES JANEIRO DE 1987 A AGOSTO DE 1988

GRÁFICO 03



FONTE – FGV/Cea.

[1] Janeiro de 1987 = 100;

[2] IGP col. 2 Conjuntura Econômica para janeiro de 1987.

QUADRO 04 – BRASIL – ÁREA COLHIDA DO MILHO E DA SOJA EM ESTADOS SELECIONADOS – 1986 A 1988
(em mil ha)

	1986		1987				1988				Δ % 1988/1986	
ESTADO	Milho	Soja	Milho	Δ%	Soja	Δ%	Milho	Δ%	Soja	Δ%	Milho	Soja
MG	1.559	439	1.599	+ 3%	416	– 5%	1.534	– 4%	484	+16%	– 2%	+10%
SP	1.280	476	1.382	+ 8%	462	– 3%	1.266	– 8%	513	+11%	– 1%	+ 8%
PR	2.300	1.745	2.846	+24%	1.718	– 2%	2.253	–21%	2.120	+23%	– 2%	+21%
SC	924	383	1.008	+ 9%	362	– 5%	988	– 2%	412	+14%	+ 7%	+ 8%
RS	1.525	3.244	1.955	+28%	3.157	– 3%	1.619	–17%	3.436	+ 9%	+ 6%	+ 6%
MS	163	1.206	246	+51%	1.152	– 4%	234	– 5%	1.176	+ 2%	+43%	– 2%
MT	274	913	305	+11%	1.097	+20%	338	+11%	1.334	+22%	+23%	+46%
GO	926	622	1.158	+25%	545	–12%	1.112	– 4%	775	+42%	+20%	+25%

FONTE – IBGE.

tamente associado ao desempenho da avicultura e suinocultura e ambas foram duramente afetadas, em 1987, pelo descompasso entre salários e preços. A avicultura, em especial, ressentiu-se, também, de dificuldades no que se refere às exportações

A valorização **real** mensal do preço mínimo do milho da safra 1987/88, da ordem de 1,2%, teve como efeito imediato torná-lo o **balizador** do mercado, além de acarretar a retenção, pelo governo, de estoque final recorde (ver Quadro 05).

A comercialização do produto novo transcorreu com tranqüilidade durante todo o período, refletindo a tendência contracionista da suinocultura e a evolução errática da avicultura de corte, desde o início do ano.

Apenas localizadamente, no **Rio Grande do Sul**, registraram-se maiores percalços no abastecimento do cereal desde o final da colheita. Isto porque a quebra da safra local agravou a crônica diferença, da ordem de 700 mil t a 900 mil t/ano, entre oferta e demanda ali verificada, aumentando-a para cerca de 1,6 milhão de t. Além do mais, a localização dos estoques governamentais na região **Centro-Oeste** prejudicou sobretudo os consumidores gaúchos, devido à grande distância, que implica altos custos de transporte, e ao fato de o grão dali oriundo ser encarecido pela incidência de **ICM** e **Funrural** (ao contrário dos produtos mineiro e paulista, por exemplo).

Desse modo, às vésperas do plantio da safra 1988/89, as perspectivas para o milho eram nebulosas. É sabido que uma eventual expansão de sua área plantada só se daria a partir de estímulo específico, concedido pelo governo, já que o produtor tradicional é de pequeno porte, com quase nenhuma capacidade de autofinanciamento. A experiência de 1986/87 mostrou que, tendo em vista o baixo nível da tecnologia empregada por esses agricultores, um aumento da produção é mais facilmente obtenível quando ocorre interesse dos grandes produtores em investir na cultura.

QUADRO 05 – BRASIL – BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DE MILHO – 1985-88[1]
(em mil t)

ESPECIFICAÇÃO	1985	1986	1987	1988[1]
Estoque Inicial	2.121,0	600,0[2]	1.600,1	2.908,4
Produção	21.173,9	20.264,1	26.758,3	25.216,5
Importação	200,0	2.936,0	360,0	...
Suprimento	23.494,9	23.800,1	28.718,4	28.124,9
Consumo	21.053,0	22.200,0	25.810,0	24.720,0
Excedente	2.441,9	1.600,1	2.908,4	3.404,9

FONTE – CFP.
1 Estimativa de setembro;
2 o estoque inicial de 1986 refere-se a 1º/03/86 e o estoque final de 1985 a 31/12/85.

Foram encetados estudos, na esfera governamental, para um apoio especial ao milho, com o que as autoridades buscariam fornecer instrumentos para que se concretizasse a produção de 28,8 milhões de t, fixada pelo **Plano de Metas** para o ano-safra 1988/89.

No entanto, a evolução dos acontecimentos internacionais do mercado da soja, desde o início do ano, acoplada à quebra das safras norte-americanas de milho e de soja (ver **Agroanalysis**, volume 12, nº 9, setembro de 1988) ao dar um tom fortemente altista às cotações da leguminosa, passou a representar ameaça ao plano de apoio ao milho. Isto porque é num eventual interesse dos sojicultores por este último grão que repousam as esperanças de avanço imediato no desempenho da lavoura. Assim, ao mesmo tempo em que se divulgavam as medidas de apoio à lavoura do cereal, retirava-se grande parte do direito ao crédito de custeio subsidiado aos plantadores de soja (ver **Agroanalysis**, volume 12, número 9).

A respeito deste último ponto, vale notar que a intenção do governo em estimular os produtores de maior porte a trocarem a soja (e, eventualmente, o algodão) pelo milho, transpareceu na criação de faixas específicas do acesso ao **VBC** do cereal, relativas aos maiores rendimentos físicos. Basicamente, buscou-se compensar a ausência de um forte mercado externo e as deficiências da comercialização interna, no caso do milho, por vantagem comparativa frente à soja, no crédito de custeio, via aumento do limite de financiamento para 100% a todos os produtores, ao mesmo tempo em que se contraiu fortemente o percentual deste estímulo aos sojicultores (ver Quadros 06 e 07). Ademais, a mencionada valorização extra do preço mínimo do milho destinou-se, precipuamente, a melhorar a perspectiva dos produtores quanto à lucratividade do repasse do cereal ao governo. Estes agricultores apresentam-se inseguros quanto aos ganhos no momento da venda, tendo em vista a inexistência de exportações e a grande contração do consumo dos criatórios avícola e suinícola.

É interessante observar que o corte de recursos oficiais à soja, frente a um ano antes, foi menos acentuado no caso dos grandes produtores do que no dos médios produtores, especialmente no que diz respeito aos agricultores de grande porte do **Centro-Oeste**. Aparentemente, esta medida busca a concretização do antigo projeto governamental de se criar algo semelhante a um **Cinturão do Milho** na porção meridional do país, onde se encontram as maiores fábricas de rações e se concentram as criações de aves e

QUADRO 06 – BRASIL – COMPARATIVO DO CUSTEIO EM OTN/HA NAS SAFRAS 1987/88 E 1988/89, PARA PEQUENOS, MÉDIOS E GRANDES PRODUTORES DE SOJA DAS REGIÕES SUL E SUDESTE (S-Se) E CENTRO-OESTE (C-O)

ESPECIFICAÇÃO		TAMANHO DO PRODUTOR					
		PEQUENO		MÉDIO		GRANDE	
Rendimento Físico (kg/ha)	S-Se	1.251/1.500		1.501/1.750		1.751/2.000	
	C-O*	–		1.751/2.000		2.001/2.400	
Ano-Safra		1987/88	1988/89	1987/88	1988/89	1987/88	1988/89
Limite de Adiantamento		100%	70%	70%	40%	50%	30%
Custeio obtenível de acordo com o limite (OTN/ha)	S-Se	15,25	13,20	12,82	9,01	9,83	7,26
	C-O*	–	–	20,04	10,17	11,87	8,81
Variação do Custeio Obtenível	S-Se		-13%		-30%		-26%
	C-O*		–		-49%		-26%

FONTE – CFP.
* Não se consideram os cálculos relativos ao pequeno produtor de soja no Centro-Oeste, devido a sua reduzida representatividade na região.

sulnos. Ao mesmo tempo, deslocar-se-ia a soja para as áreas mais tecnificadas do **Centro-Oeste**, já que sua *característica eminentemente* de **produto exportável** poderia compensar o entrave representado pelos maiores custos de transporte aos locais de exportação.

A despeito de todas essas medidas, a intenção de plantio da safra de verão 1988/89, até o momento, no **Centro-Sul**, tem sido de nítida preferência pela soja. Suas perspectivas de preço internacional são alvissareiras, a partir da projeção de setembro, do **USDA**, de que os estoques finais mundiais serão de tão-somente 2,7 milhões de t, ou seja, 64% e 77% a menos do que em 1987/88 e em 1986/87, respectivamente. Além disso, a maioria dos grandes plantadores de soja teria condições de autofinanciamento na parte do custeio coberta pelo crédito oficial. Em paralelo, não se descarta a possibilidade de o plantio da soja ser beneficiado pelo farto crédito oficial dedicado ao milho, através do procedimento, usual em algumas regiões, de desviar parte dos recursos para a lavoura mais rentável, utilizando-se menor quantidade de insumos ou produtos mais baratos nas menos lucrativas. Isto se verifica amiúde com os médios e grandes sojicultores do **Centro-Sul**. Para eles, semear o milho em uma parte da área disponível não representa problema e, assim, todo sojicultor pode também produzir milho.

Vale lembrar que, em muitas áreas do **Centro-Sul** onde se cultiva o milho, o preço das sementes fiscalizadas vem sendo considerado muito elevado (em torno de 6 **OTN**/40 kg). Embora as reclamações quanto a este preço sejam devidas à descapitalização do produtor, a análise da evolução dos preços **reais** pagos por este insumo no **Paraná** evidencia sua acentuada valorização, desde o início do plantio. Em agosto, por exemplo, o preço pago foi 56% superior, em termos **reais**, ao de um ano antes (ver Gráfico 03). Aparentemente, o motivo para tamanha evolução não residiria em **aperto** da oferta, já que a **CFP** estimou a produção de sementes de milho, da safra 1987/88, em 209,1 mil t[1], o que daria para cobrir cerca de 80% de uma área considerada **normal**, de 13,2 milhões de ha, com a taxa de utilização de 20 kg de semente/ha.

Um dos estados brasileiros a apresentar quadro estável no atual plantio é **Santa Catarina**, que, normalmente, conta com a área semeada da ordem de um milhão de ha. É difícil registrar expansão desta superfície, devido à sua situação fundiária, caracterizada, basicamente, por mini propriedades. Igualmente a incerteza quanto à evolução futura, tanto da avicultura quanto da suinocultura, afasta maiores expectativas quanto à comercialização do cereal.

O **Rio Grande do Sul** apresenta quadro diferente. Segundo a **Fecotrigo**, as primeiras avaliações apontam na direção de avanço de 5% na área cultivada com a soja, ao mesmo tempo em que o milho teria retração entre 8% e 12%. A entidade calculou o custo de produção do cereal em Cz$ 2.246/60 kg (preços de agosto, da lavoura mecanizada, com rendimento de 3.500 kg/ha), ou seja, 32% e 43% além do novo preço mínimo e do preço médio recebido pelos produtores no mês, respectivamente. O propósito deste cálculo parece ter si-

1 A estatística da **CFP** tomou por base a área inscrita para a produção, visto não se conhecer a área aprovada.

QUADRO 07 – BRASIL – COMPARATIVO DO CUSTEIO EM OTN/HA NAS SAFRAS 1987/88 E 1988/89, PARA PEQUENOS, MÉDIOS E GRANDES PRODUTORES DE MILHO DAS REGIÕES SUL E SUDESTE (S-Se) E CENTRO-OESTE (C-O)

ESPECIFICAÇÃO		TAMANHO DO PRODUTOR					
		PEQUENO		MÉDIO		GRANDE	
Rendimento Físico (kg/ha)	S-Se	1.701/2.100		2.501/3.000		3.501/4.000	
	C-O	2.101/2.500		3.000/3.500		4.000/4.500	
Ano-Safra		1987/88	1988/89	1987/88	1988/89	1987/88	1988/89
Limite de Adiantamento		100%	100%	100%	100%	90%	100%
Custeio obtenível de acordo com o limite (OTN/ha)	S-Se	12,52	14,76	17,41	20,04	19,66	25,87
	C-O	15,23	17,80	19,97	22,08	22,64	31,04
Variação do Custeio Obtenível	S-Se		+18%		+15%		+32%
	C-O		+17%		+15%		+37%

FONTE – CFP.
* Não se consideram os cálculos relativos ao pequeno produtor de soja no Centro-Oeste, devido a sua reduzida representatividade na região.

do o de deixar claro que, para o produtor gaúcho de maior nível tecnológico, seria contra-indicado investir no milho. Já no caso da soja, o custo de produção estimado foi igual a Cz$ 3.927/60 kg. Este valor é idêntico ao preço pago ao produtor gaúcho naquele mês. O plantio da leguminosa também se beneficia do promissor panorama do mercado externo, delineado para o próximo ano. Por outro lado, o atraso das chuvas necessárias à semeadura poderá atuar, ainda que marginalmente, de modo favorável ao milho, devido à relativa escassez, no estado, de sementes de soja de ciclos médio e tardio.

No que diz respeito ao **Paraná**, o **Deral** estimou, em termos preliminares, que a área semeada com o milho será de 2 milhões de ha, apresentando retração de cerca de 4%, frente à do ano passado. Tendo em vista, no entanto, que não se normalizaram as precipitações pluviométricas no estado, muito provavelmente este número ainda virá a se alterar. É de se observar, porém, que, pela primeira vez, o **Deral** prevê que as colheitas de soja e de milho (no caso deste último, desconsiderando-se a **safrinha**) venham a se equivaler, situando-se, na presente safra, cada uma, em torno de 5,2 milhões de t.

Em **São Paulo**, o desestímulo ao plantio do algodão definitivamente atuará em favor do milho, compensando a tendência observada, nas áreas tradicionais cultivadoras do cereal, à sua substituição por soja. Assim, as previsões iniciais são de que, no estado como um todo, a superfície ocupada com o milho fique muito próxima de 1,3 milhão de ha, isto é, semelhante ao registrado na safra passada.



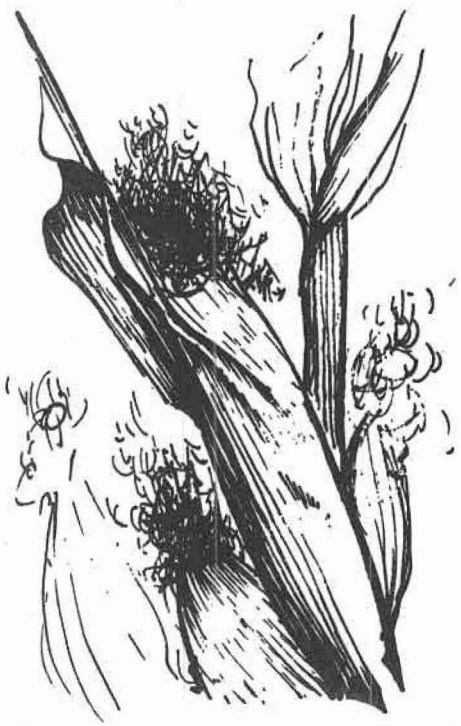
O fato de o plantio de milho em **Minas Gerais** ser normalmente realizado com atraso em relação ao dos estados sulinos, adicionado à estiagem ali verificada, impede uma avaliação quanto à tendência da semeadura. Segundo dados preliminares da **CFP**, está praticamente certo o avanço da soja no estado, que poderá chegar a 15%, ocupando primordialmente áreas antes dedicadas ao arroz de **sequeiro** e ao algodão (as retrações de área estão previstas em 7% e 17%, respectivamente). Se a regularização das chuvas demorar, a lavoura do milho levará certa vantagem sobre a da soja, devido a problemas que vêm sendo observados na qualidade das sementes da leguminosa.

No **Centro-Oeste**, importa analisar apenas a tendência no estado de

Goiás, já que a área semeada com milho em **Mato Grosso** e em **Mato Grosso do Sul** é inexpressiva. Ali há clara tendência, desde algum tempo, de predomínio da soja (em vista de razões óbvias, não se deve modificar no presente ano-safra).

A expectativa dos pequenos produtores goianos não mecanizados que, tradicionalmente, cultivam o milho e se concentram na área central do estado, é de manutenção desta atividade. Por seu turno, o previsível desinteresse pelo plantio do arroz poderá não trazer vantagens para o milho, na medida em que a orizicultura das áreas setentrionais do estado, mantida em terras consideradas "fracas", deverá ser substituída por pastagens.

Na porção sul do estado, onde o milho é cultivado em áreas de maior porte e com tecnologia, o atraso das chuvas, até fins de setembro, estava sendo encarado como prejudicial ao seu plantio: os agricultores pensavam em optar pela soja, devido ao temor de o tradicional **veranico** vir a atingir o milho em sua fase de **pendoamento**. Por outro lado, o menor crédito oficial para a soja poderá atrapalhar-lhe o plantio em áreas onde o produtor, devido à renda auferida com a pecuária, é classificado nos estratos mais elevados, embora seja de pequeno porte, no que tange à produção vegetal. Da mesma forma, alguns agricultores poderão substituir a soja pelo milho, devido à necessidade de rotação de culturas. Ou seja, é de se esperar que não haja mudança significativa em relação aos tradicionais 1,1 milhão de ha colhidos com o cereal, no estado.



No **Centro-Sul**, portanto, há o risco de queda, ainda que marginal, na área reservada para o milho, em confronto com os 7,2 milhões de ha de área colhida, nos principais estados da região, em 1988. Este panorama, caso se confirme em até 5% a redução, seria facilmente compensável por aumento semelhante na produtividade física, de 2.340 kg/ha, verificada no presente ano. No entanto, a baixa capitalização do produtor, seu temor quanto ao compromisso do pagamento de juros (ainda que subsidiados) e o mencionado registro de desvio de recursos de crédito oficial do milho para a soja, além da tendência recente de aumento real do preço das sementes certificadas do cereal, são grandes empecilhos para a obtenção deste resultado.

Além do mais, há que ressaltar que a tendência do mercado não é favorável para o produto, ao contrário do que ocorre com a soja. A não ser que se verifique reviravolta na política econômica vigente, permanecerá a tendência ao aumento da defasagem entre preços e salários, que afeta diretamente o consumo de proteínas animais. Como o estoque atual de milho é recorde, não há como se prever **aquecimento** dos preços do produto, por conta do descompasso entre oferta e demanda, a não ser que ocorra frustração acentuada da safra 1988/89. Parece acertado, pois, pensar-se que os reflexos da quebra da safra norte-americana de milho sobre o preço interno brasileiro serão de pequena intensidade, tendo em vista os inexpressivos números da produção nacional diante da norte-americana e mundial (ver Quadro 08).

QUADRO 08 – MILHO – BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA[1] MUNDIAL E NOS EUA ANOS-SAFRA 1986/87 A 1988/89[2]
(em milhões de t)

ESPECIFICAÇÃO		1986/87	1987/88	1988/89
Produção	Mundo	476,9	444,7	383,4
	EUA	209,6	179,4	113,4
Oferta Total	Mundo	620,9	606,0	530,5
	EUA	312,2	303,6	224,0
Comércio Internacional	Mundo	62,6	62,6	64,7
	EUA	38,2	43,8	41,9
Consumo	Mundo	459,5	458,8	459,1
	EUA	150,0	149,2	142,5
Estoque Final	Mundo	161,3	147,2	71,4
	EUA	124,0	110,6	39,6

FONTE – USDA.
1 Estimativa de setembro de 1988;
2 estimativa para 1987/88 e projeções para 1988/89.

SOJA

Redução da oferta mundial e firmes intenções de compra de farelos pela ***União Soviética*** *permitem prever bons preços no próximo ano, apesar do possível aumento da produção sul-americana. A questão do* ***EEP*** *continua em aberto, devendo ser levada ao* ***GATT.***

A estimativa da safra norte-americana divulgada pelo **USDA**, em 12 de outubro, confirmou as expectativas até então vigentes no mercado. Com efeito, a evolução da colheita nos **EUA** vinha-se dando de forma mais favorável do que se poderia esperar, levando à suposição de que a produção poderia ser um pouco melhor.

Agora, espera-se que a safra atinja 40,9 milhões de t, ainda assim 22% abaixo das 52,3 milhões de t colhidas em 1987/88. Novos aumentos poderão ocorrer, pois, segundo a **American Soybean Association**, as variedades tardias estão apresentando menores problemas de qualidade.

No que se refere ao consumo interno da soja em grão, nos **EUA**, o **USDA** o previu em 30,3 milhões de t, enquanto as exportações foram estimadas em 15,4 milhões de t.

Para o farelo de soja, a produção mundial foi calculada em 65,4 milhões de t (+ 2,6% em relação ao ano passado), pouco mais do que as 64,7 milhões de t que constavam na estimativa do mês de setembro. Os estoques finais estarão abaixo do anunciado há um mês, totalizando 3,1 milhões de t, **versus** 3,3 milhões de t, em setembro.

Os **EUA** permanecem firmemente na condição de maiores produtores (22 milhões de t) e consumidores (18,5 milhões de t) mundiais do farelo, sendo que, nas duas últimas safras, o consumo norte-americano alcançou níveis recordes. Na safra anterior, produziram-se ali 25,5 milhões de t e foram consumidas internamente 19,3 milhões de t. Suas exportações, em 1988/89, deverão ser de 3,8 milhões de t (foram 6,1 milhões de t, em 1987/88).

Também no que diz respeito ao óleo, é folgada a supremacia norte-americana, com estimativa de produção de 5,1 milhões de t e consumo de 5,0 milhões de t. Apenas 610 mil t deverão ser exportadas. Registre-se, porém, que também aqui poderão ser feitas revisões nas estatísticas, pois o teor de óleo das sementes, este ano, será maior, justamente em razão dos efeitos da estiagem sobre as plantações.

O fato de a safra de soja ter sido ligeiramente aumentada não teve maior repercussão, porque corretoras privadas já vinham antecipando esta informação. A própria negociação para a renovação do acordo alimentar (milho e trigo) **EUA – URSS**, no momento em que o **USDA** divulga que os soviéticos poderão importar 29 milhões de t de cereais em 1989 (2 milhões de t a mais do que a avaliação anterior), também serviu para que o efeito baixista da nova previsão não se **alastrasse**, atingindo outros mercados de **commodities**, como os do trigo e do milho. Nos dois últimos anos-safra, as compras de farelos, pela **União Soviética**, foram de grande importância para a sustentação do mercado. Aliás, a demanda mundial por farelos protefnicos tem-se mantido firme, apesar dos preços elevados.

Logo após a divulgação da estimativa, as cotações da soja em grão, que vêm oscilando há semanas, mas sempre recuando um pouco, subiram, diante do anúncio de compras soviéticas de farelos, voltando a ultrapassar os US$ 8/**bushel**.

Situação do Brasil

A participação brasileira no mercado mundial da soja é de 18% da produção do grão e de 33% e 26%, nas exportações totais do farelo e do óleo, respectivamente.

O **USDA** estimou em 20 milhões de t a próxima safra brasileira (ver Quadro 09), com estoques, em 1º/9, de 3,9 milhões de t (4,4 milhões de t, na safra 1987/88). Segundo a mesma fonte, os exportadores brasileiros conseguirão vender 44,4% a mais do que na safra anterior.

O esmagamento também aumentará, passando de 12,9 milhões de t, para 15,5 milhões de t. Serão produzidos 12,1 milhões de t de farelo, 20% acima da produção de 1987/88, e exportadas 9,2 milhões de t (**versus** 7,3 milhões de t, nesta safra). Os estoques finais estão estimados em 650 mil t, 14% superiores aos deste ano.

No caso do óleo, o cálculo da produção é de 2,9 milhões de t, com exportações de 900 mil t, importações de 20 mil t e consumo de 2 milhões

QUADRO 09 – SOJA – PRINCIPAIS ÁREAS DE PRODUÇÃO – 1987/88 E 1988/89
(em milhões de t)

PAÍS/REGIÃO	1987/88	1988/89
Argentina	9,90	11,00
Brasil	17,80	20,00
Canadá	1,27	1,20
China	12,18	12,00
EUA	52,34	40,86
Europa Oriental	0,69	0,68
Índia	0,80	1,10
Indonésia	0,95	1,00
México	0,75	0,35
Paraguai	1,00	1,20
URSS	0,71	0,73

FONTE – USDA.

de t, resultando em estoque final da ordem de 360 mil t. Segundo a **Abiove**, a **Argentina** deverá exportar mais do que o **Brasil**, este ano.

A questão do **Export Enhancement Program** continua em aberto, porém. Em fins de setembro, reunião de representantes do **Brasil** e dos **EUA** não chegou a acordo sobre o **EEP**, cujo efeito sobre as vendas brasileiras acarretam prejuízo estimado em até US$ 500 milhões (ver **Agroanalysis**, volume 12, número 9, setembro de 1988).

A pendência entre os dois países será levada ao **GATT**, em fins de outubro. Naquele foro também vêm sendo discutidas as queixas da **Comunidade Econômica Européia** contra as restrições norte-americanas às importações de açúcar, algodão, amendoim e laticínios e dos **EUA** contra os subsídios da **CEE**, que estariam prejudicando suas vendas de soja. Cabe registrar que os governos europeus reduziram um pouco os subsídios à agricultura, o que está levando a menor plantio.

A nova safra brasileira

O plantio, até meados de outubro, ainda não tinha sido iniciado. Sabe-se que a disponibilidade de sementes é apertada. Segundo a **CFP**, a produção deste insumo diminuiu em razão da seca do **Sul** e da excessiva precipitação no **Centro-Oeste**, onde, possivelmente, escassearão sementes de melhor qualidade.

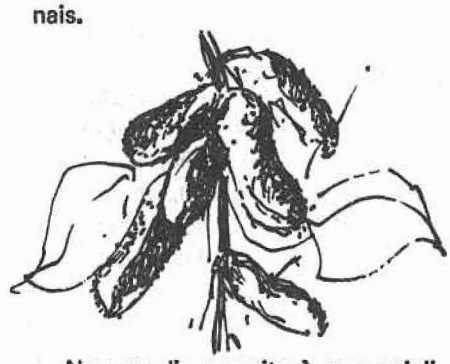
Nos dois principais estados produtores (**Rio Grande do Sul** e **Paraná**) porém, não há relatos de dificuldades com a oferta de sementes. De fato, segundo informações da **Emater-RS** apenas sua distribuição pelo território do estado poderá ter problemas, o que, aliás, ocorre todos os anos. As sementes certificadas cobrem de 50% a 52% da área e já foram aprovadas as quantidades necessárias para uso, nesta safra. Como, no ano passado, foi criado o chamado **padrão** B do grão, com teor germinativo entre 70% e 80%, o restante da necessidade de sementes não encontrará maiores problemas para ser atendido.

O preparo do solo, no **Rio Grande do Sul**, iniciou-se com atraso, mas em pouco tempo, estará normalizado. Ao que se supõe, o plantio não será tão grande quanto se imaginou a princípio. Teria havido algum exagero nas primeiras avaliações mas, mesmo assim, considera-se possível aumentar a área de cultivo de 6% a 7%, o que é um crescimento expressivo para o estado.

Apenas a partir de 20 de outubro inicia-se o plantio gaúcho, parecendo, até o momento, que a iniciativa de tornar o cultivo do milho mais **atraente** não arrefeceu de forma notável a intenção de plantar mais soja.

Aliás, no **Paraná**, em razão de o plantio do milho estar muito atrasado (deveria ter começado em setembro), o **Departamento de Economia Rural**, da **Secretaria da Agricultura** acredita que a soja será beneficiada, com o fim do calendário propício a seu **concorrente**. Começa-se a cultivar soja em outubro/novembro e tudo indica haver semente suficiente, pois os produtores retiveram grãos com esta finalidade. Talvez apenas algumas variedades consideradas **preferenciais** tenham menor disponibilidade, no estado. O **Deral** espera que a área cultivada passe dos 2,1 milhões de ha de 1987/88, para cerca de 2,3 milhões de ha.

Nos demais estados produtores, prossegue a expectativa quanto ao desempenho do clima e à posição relativa do milho, supondo-se que as maiores expansões do plantio da soja ocorrerão nas regiões não-tradicionais.



No que diz respeito à comercialização, os preços do grão chegaram a patamar elevado (ver Quadro 10) e poderiam ter-se estabilizado, não fosse a influência da correção cambial e das oscilações freqüentes na **Bolsa de Chicago**.

Além de se esperarem grandes vendas ao exterior até o início do próximo ano, possibilitadas por ainda existirem estoques abundantes, no país, é possível que renda frutos a tentativa de ampliação das compras da soja brasileira pela **URSS**, que, nos últimos anos, tem-se abastecido na **Argentina**.

QUADRO 10 – SOJA – COTAÇÕES DO GRÃO, DO FARELO E DO ÓLEO, EM SÃO PAULO – 1987/88

MÊS	GRÃO INDUSTRIAL (Cz$/60 kg)		FARELO (Cz$/t)		ÓLEO BRUTO (Cz$/t)	
	1987	1988	1987	1988	1987	1988
Janeiro	150,00	1.192,50	3.080,00	21.175,00	5.620,00	62.500,00
Fevereiro	161,75	1.212,50	3.325,00	21.250,00	6.575,00	62.500,00
Março	171,75	1.230,00	3.725,00	23.100,00	7.375,00	61.200,00
Abril	191,00	1.945,00	4.000,00	26.625,00	8.880,00	64.500,00
Maio	267,00	1.972,50	6.000,00	31.000,00	13.687,50	81.750,00
Junho	392,50	2.966,00	7.575,00	52.200,00	16.925,00	112.200,00
Julho	448,00	3.562,50	8.560,00	65.500,00	16.280,00	155.750,00
Agosto	520,00	4.302,00	10.162,50	72.550,00	17.325,00	170.200,00
Setembro	608,75	5.167,00[1]	13.125,00	84.000,00[2]	19.800,00	187.667,00[1]
Outubro	644,60		13.420,00		22.440,00	
Novembro	745,00		15.050,00		30.000,00	
Dezembro	954,00		19.000,00		39.200,00	

FONTE – CFP.
1 Até 23/09;
2 até 16/09.

Situação na Argentina

Também na **Argentina** há grande expectativa quanto à próxima safra, plantada a partir de novembro/dezembro. O **USDA** espera crescimento de até 20% na área de plantio, com produção de 11 milhões de t. A **Junta Nacional de Granos** considera possível a expansão em até 15%. Contudo, é improvável que a produção aumente na mesma proporção, conforme fontes do mercado, citadas pela publicação inglesa **The Public Ledger's**. Afinal, a safra recorde de 1987/88 derivou de condições climáticas excepcionais, que não se estão verificando, até agora.

Além da atração exercida pelas cotações na **Bolsa de Chicago**, os sojicultores argentinos tenderão a ampliar a área ocupada com as plantações de soja e/ou de girassol, em razão do clima. De fato, a estiagem, iniciada em abril, naquele país, só deu sinais de se ter encerrado no início de outubro, o que inviabilizou o plantio do trigo.

À semelhança do ocorrido no **Brasil**, os argentinos iniciaram a expansão do cultivo de soja através do plantio em sucessão com o trigo, mais tarde adotando o plantio solteiro da leguminosa, para melhorar seu rendimento físico. Também as primeiras variedades lá cultivadas eram originárias do sul dos **EUA**, como aconteceu nas áreas tradicionais da sojicultura brasileira.

Quanto ao girassol, é mais resistente à seca do que o trigo e é semeado em setembro/outubro, ao passo que a soja, com seu plantio mais tardio, traz a esperança de que as chuvas retornem na época apropriada, o que parece estar ocorrendo.

Assim, quanto maior o atraso na precipitação, maior a área da soja, que poderá, pela primeira vez, ser plantada ao sul da província de Buenos Aires, onde, até o momento, era lavoura experimental. Evidentemente, esta ampliação da área será tolhida pela escassez de sementes adequadas à região.



QUADRO 11 - SOJA – ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO FÍSICO MÉDIO NO MUNDO E EM PAÍSES SELECIONADOS 1965-67 A 1983-85

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE (mil t)		CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL		PARTICIPAÇÃO DO PAÍS (%)	
	1965-67	1983-85	(%)	(Nºs absolutos)[1]	1965-67	1983-85
Produção (mil t)						
Argentina	19	5.983	32,1	331	0,1	6,7
Brasil	611	16.190	18,2	865	1,9	18,0
EUA	18.092	51.591	5,8	1.861	55,7	57,4
Mundo	32.470	89.920	5,7	3.192	100,0	100,0
Área (mil ha)						
Argentina	16	2.820	28,6	156	0,1	5,4
Brasil	512	9.237	16,1	485	2,0	17,7
EUA	13.731	26.720	3,7	722	52,9	51,1
Mundo	25.948	52.319	3,9	1.465	100,0	100,0
Rendimento (kg/ha)						
Argentina	1.140	2.120	3,4	50	...	...
Brasil	1.190	1.750	2,1	30	...	...
EUA	1.320	1.930	2,1	30	...	...
Mundo	1.250	1.720	1,8	30	...	...

FONTE – U.S. Global Competitiveness: Oilseeds and Oilseed Products, U.S. International Trade Commission.
[1] Em mil t, mil ha e kg/ha, para a produção, a área o rendimento médio, respectivamente;
... não aplicável.

Situação do Mercado Mundial

As estimativas do **USDA**, de que os estoques mundiais de cereais e oleaginosas, em 1988/89, reduzir-se-ão, de 396,3 milhões de t para 269 milhões de t (–32%), e os de grãos forrageiros (aveia, centeio, cevada, milho, sorgo e painço), de 789,7 milhões de t para 709,0 milhões de t, mantêm a expectativa de bons preços internacionais, no próximo ano.

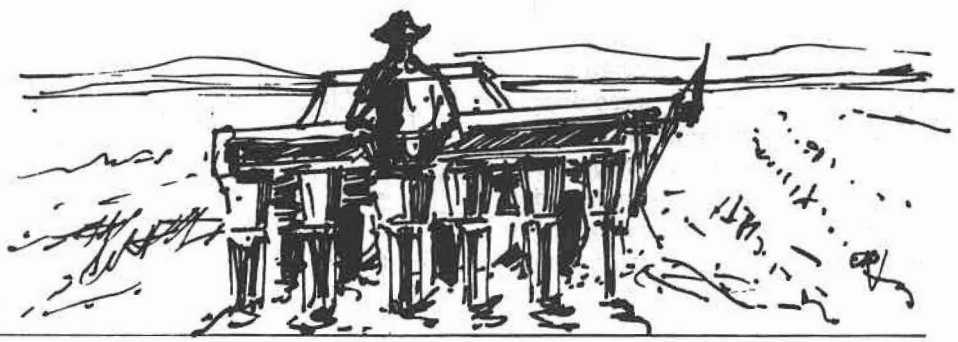
Segundo a revista alemã **Oil World**, há "perspectiva de queda substancial nos estoques mundiais de oleaginosas, para apenas 19 milhões de t no fim da estação, o que reduzirá a relação estoque/consumo a menos de 10%, indicando o maior aperto, em quinze anos".

O recuo da produção norte-americana este ano, em razão da seca, segue-se à paulatina perda nas posições dos **EUA** no mercado mundial. De fato, também a menor área plantada, em anos recentes, fez com que aquele país passasse dos 59% de produção mundial de soja, há três anos, para 43%, este ano.

Segundo **Oil World**, a oferta combinada de argentinos, brasileiros e norte-americanos, em 1º/09/88, esteve em seu mais baixo nível nos últimos oito anos.

O crescimento da produção sul-americana de soja, embora notável (ver Quadro 11) não tem sido suficiente para compensar a retração dos **EUA** e, em 1989, também as safras chinesa, canadense e da **CEE** serão menores.

Convém destacar que os problemas climáticos que afligiram os **EUA**, em 1988, poderão repetir-se, nos próximos anos, excetuando-se, possivelmente 1989. Estudos desenvolvidos naquele país mostram que o próximo quatriênio será caracterizado por sucessivas estiagens, o que abrirá ainda mais o mercado mundial aos produtores de outras regiões.



CACAU

Houve queda de 25% na produção baiana do ano-safra 1987/88 e os preços, no mercado interno, só se sustentaram pelas minidesvalorizações diárias do cruzado. No mercado externo, as cotações continuam baixas e os impasses no ***Acordo Internacional*** *perduram.*

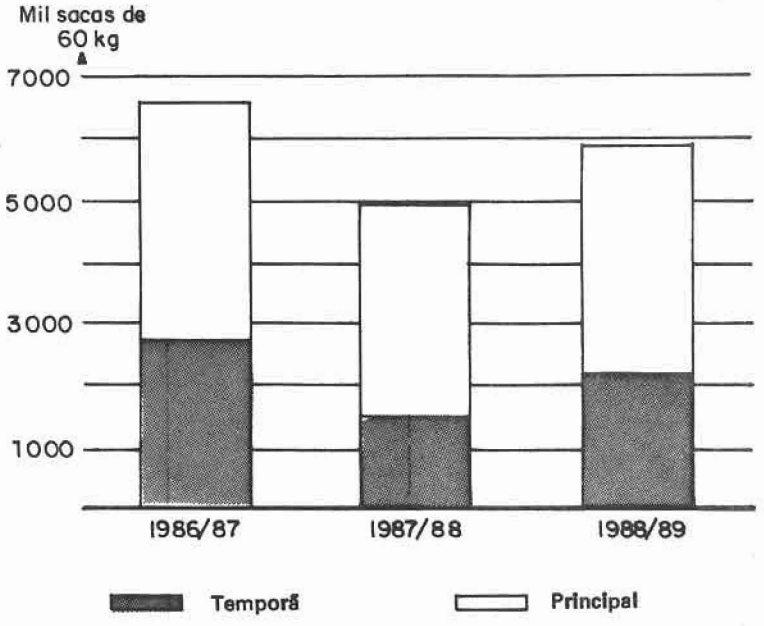
A safra 1987/88 da **Bahia**, que representa aproximadamente 85% da produção brasileira, encerrou-se com 4,99 milhões de sacos de 60 kg, isto é, menos 25%, em relação à colheita anterior. As estiagens que atingiram a região cacaueira do estado causaram esta queda. A safra **temporã** diminuiu 44% e a principal, que se encerrou em abril, 10% (ver Quadro 12 e Gráfico 04).

A estimativa para a próxima colheita é de recuperação (+ 18%). A **temporã** poderá evoluir cerca de 42%, mas com possível retardamento, devido à ausência de chuvas no mês de fevereiro. Já a previsão de crescimento para a safra principal gira em torno de 7%, caso não haja quaisquer alterações climáticas, ao longo do segundo semestre.

No que se refere à exportação brasileira, entre janeiro e abril, foi 17% menor, em comparação com as vendas registradas em igual período de 1987. Em termos de amêndoas, as quantidades somaram 91.807 t e o

BAHIA – PRODUÇÃO DE CACAU – 1986/87 A 1988/89
(mil sacas de 60 kg)

GRÁFICO 04



FONTE – CCCB.

QUADRO 12 – PRODUÇÃO BAIANA DE CACAU – 1986/87, 1987/88 E 1988/89
(Em sacos de 60 kg)

SAFRA	1986/87	1987/88	VARIAÇÃO %	1988/89[1]	VARIAÇÃO %
Temporã	2.773.565	1.545.351	-44,3	2.200.000	42,3
Principal	3.849.130	3.447.652	-10,4	3.700.000	7,3
Total	6.622.695	4.993.183	-24,6	5.900.000	18,2

FONTE – CCCB.
[1] Estimativa.

preço médio subiu apenas dois dólares (ver Quadro 13).

Diante destes números, pode-se inferir que o decréscimo das exportações, nos primeiros quatro meses do ano, refletiu a redução da safra 1987/88, que ocasionou a indisponibilidade física do produto. Com a entrada no mercado da safra **temporã** de 1988, é de se prever que as vendas ganhem maior impulso.

De fato, a recuperação que se espera no mercado externo dar-se-á não apenas pelas entregas da safra **temporã**, mas também como conseqüência da política unilateral adotada pela **Costa do Marfim**, de reter o cacau, na tentativa de obter melhores preços, provocando escassez do produto de boa qualidade no mercado internacional, promovendo, assim, maior interesse dos compradores pelo cacau brasileiro.

Até o mês de abril, houve maior participação dos derivados nas exportações (em torno de 67%, conforme discrimina o Quadro 14), fato que se deveu à indisponibilidade da matéria-prima. Uma situação de ordem conjuntural, pois, logo que a produção **temporã** entrar no mercado, o panorama das exportações deverá reverter à sua característica normal, qual seja, cerca de 50% de cacau em amêndoas e igual percentual de derivados.

Mercado Interno

Durante os três primeiros meses de 1988, o comércio transcorreu fraco, principalmente por causa do declínio dos preços internacionais, de modo que as vendas concentraram-se em meses futuros, posteriores a junho. Além do mais, o cacau de boa qualidade, para entrega imediata, fez-se escasso em função do período de entressafra, final de abril e início de maio, quando, então, a safra principal de 1987/88 estava terminando e a **temporã** deste último ano ainda não estava sendo ofertada no mercado.

Não obstante a fraqueza dos negócios, o preço interno do cacau superou o preço internacional, embora o diferencial tenha diminuído consideravelmente, no decorrer do primeiro semestre, como conseqüência das minidesvalorizações diárias do cruzado em relação ao dólar norte-americano.

Em fins de maio, com a entrada da colheita **temporã**, o preço praticado no mercado interno acusou pequena variação para baixo e significativa queda real, a partir de junho. Ainda assim, permaneceu acima das cotações internacionais.

De qualquer forma, na tentativa de suavizar os efeitos decorrentes da inflação e da depreciação externa do cruzado, os comerciantes da **Bahia** realizaram operações de **hedge**, comprando e vendendo entre si, com base na moeda norte-americana.

Entre janeiro e junho de 1988, os preços médios pagos aos produtores tiveram ganhos normais, sobretudo nos estados da **Bahia, Espírito Santo** e **Rondônia** (ver Quadro 15 e Gráfico 05).

QUADRO 13 – EXPORTAÇÃO BRASILEIRA MENSAL DE CACAU (AMÊNDOAS + DERIVADOS) – JANEIRO A ABRIL – 1987/88

MÊS	QUANTIDADE[1] (t)		VALOR (US$1.000)		PREÇO MÉDIO (US$/t)	
	1987	1988	1987	1988	1987	1988
JAN	...	27.019	...	49.665	...	1.838
FEV	...	23.635	...	43.949	...	1.859
MAR	87.989[2]	21.191	162.621[2]	40.247	1.848[2]	1.899
ABR	22.788	19.962	42.359	36.146	1.859	1.811
Total	110.777	91.807	204.980	170.007	1.850	1.852

FONTE – Cacex, do Banco do Brasil e Ceplac/Secre/Coece.
1 Em termos de amêndoas;
2 janeiro a março.

QUADRO 14 – EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE CACAU EM AMÊNDOAS E DERIVADOS – JANEIRO A ABRIL – 1987/88

PERÍODO	QUANTIDADE (t)					VALOR (US$ 1.000)				
	Amêndoas	Δ%	Derivados[1]	Δ%	Total	Amêndoas	Δ%	Derivados	Δ%	Total
Jan a Abr/87 (a)	59.590	53,8	51.187	46,2	110.777	108.981	53,2	95.998	46,8	204.980
Jan a Abr/88 (b)	30.660	33,4	61.147	66,6	91.807	54.365	32,0	115.642	68,0	170.007
% b/a	-48,5		19,5		-17,1	-50,1		20,5		-17,1

FONTE – Cacex e Ceplac.
1 Em termos de amêndoas.

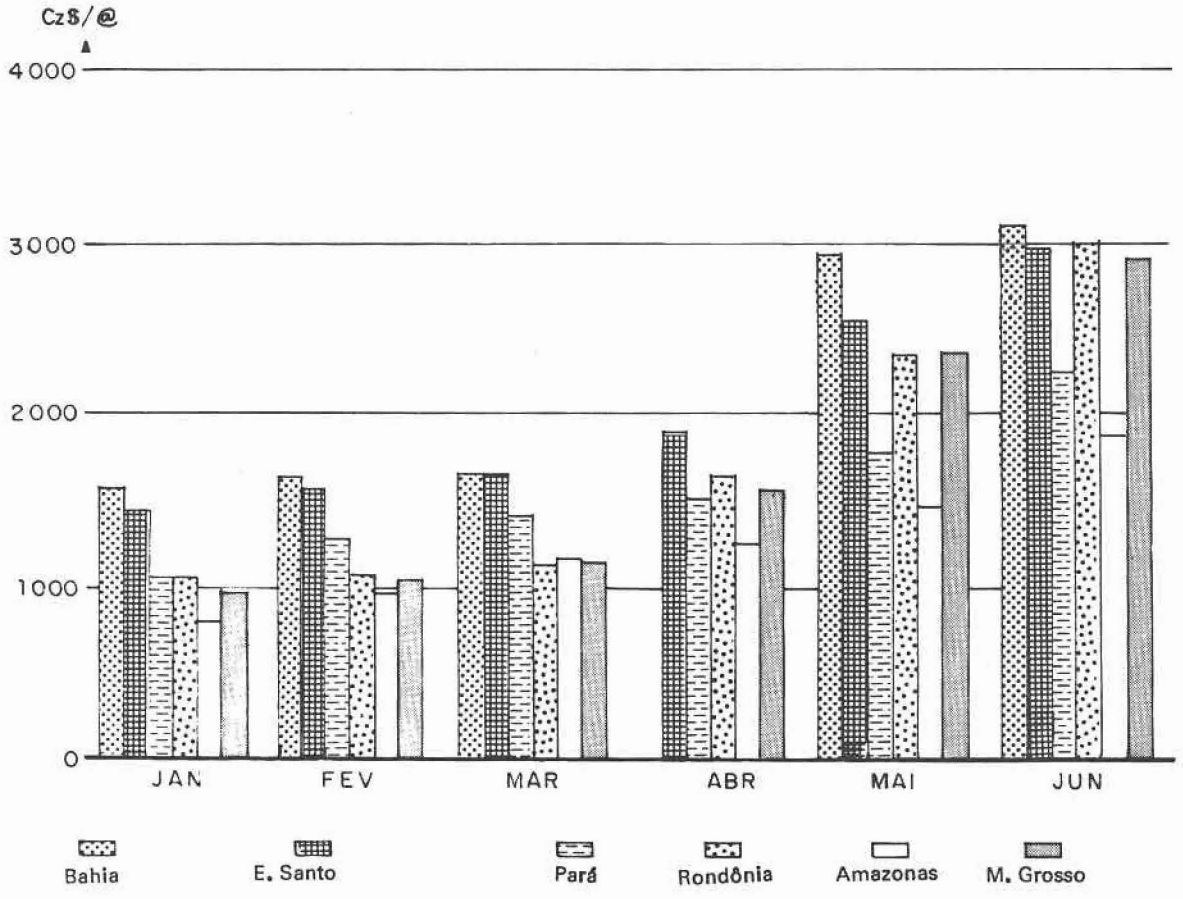
QUADRO 15 – BRASIL – PREÇO MÉDIO PAGO AO PRODUTOR DE CACAU, EM ESTADOS SELECIONADOS – JANEIRO A JUNHO DE 1988 (em Cz$/arroba)

MÊS	BAHIA Posto Ilhéus	ESPÍRITO SANTO Posto Linhares	PARÁ	RONDÔNIA Posto Interior	AMAZONAS	MATO GROSSO Posto Alta Floresta
Janeiro	1.562,75	1.439,38	1.055,75	1.060,15	814,13	971,30
Fevereiro	1.622,00	1.572,35	1.275,50	1.068,81	957,60	1.035,00
Março	1.641,00	1.618,68	1.407,65	1.117,24	1.148,40	1.132,50
Média do 1º Trimestre	1.608,58	1.543,47	1.246,30	1.082,07	973,38	1.046,27
Abril	...	1.881,00	1.516,10	1.624,09	1.232,91	1.523,70
Maio	2.922,92[1]	2.513,68	1.753,00	2.335,13	1.478,00	2.321,00
Junho	3.075,00[1]	2.952,50[2]	2.246,00	2.981,67	1.843,00	2.890,00
Média do 2º Trimestre	2.998,96[1]	2.449,06	1.838,37	2.313,63	1.517,97	2.244,90

FONTE – Ceplac – Informações do Mercado de Cacau – Março e junho de 1988.
1 Média obtida através de dados fornecidos pela "UNICON News" e Gazeta Mercantil;
2 média dos 10 primeiros dias do mês;
... dado não disponível.

BRASIL – PREÇO MÉDIO PAGO AO PRODUTOR DE CACAU EM ESTADOS SELECIONADOS – JANEIRO A JUNHO DE 1988 (Cz$/@)

GRÁFICO 05



FONTE – Ceplac – Informações do Mercado de Cacau – março e junho de 1988.

Mercado Internacional

No momento, o mercado internacional encontra-se sem direcionamento definido, embora os indicadores apontem para uma forte tendência de baixa dos preços, devido ao excesso da produção mundial, esperado para o ano agrícola 1987/88, e conseqüente crescimento dos estoques. Este fato, aliás, vem-se registrando, sucessivamente, desde 1984/85 (ver Quadro 16). Agora, as existências estão avaliadas em 705 mil t, o que equivale a mais ou menos quatro meses de consumo.

Nota-se (Quadro 17 e Gráfico 06) que, para o segundo mês cotado na **Bolsa de Nova Iorque**, a média mensal das cotações confirma a tendência baixista. No entanto, no mês de maio, registrou-se ligeira recuperação, tendo em vista, basicamente, a reduzida disponibilidade de cacau de boa qualidade para entrega imediata. Na **Bolsa de Londres**, o movimento das cotações foi semelhante (ver Quadro 18).

Os fatores que mais contribuíram para as altas do cacau nos mercados futuros de **Londres** e **Nova Iorque**, foram:

- o reinício das compras, por parte do gerente do estoque regulador da **ICCO**, em janeiro, provocando otimismo entre os participantes do mercado;
- a persistência da **Costa do Marfim** em conduzir sua política de retenção;
- a escassez de cacau de boa qualidade para entrega imediata, em parte decorrente da citada política de retenção, desencadeando aumento dos prêmios pagos, no terminal londrino, face ao maior interesse de compra por parte dos europeus;
- o relatório divulgado pela corretora **Gill and Duffus**, em junho, reduzindo sua estimativa de **superávit** da produção mundial, de 122 mil t para 111 mil t;
- o relatório sobre a recompra dos contratos para embarque imediato, por parte dos exportadores e manufatureiros brasileiros, uma vez que o preço interno era superior ao preço internacional;
- apreensão quanto ao desenvolvimento da safra **temporã** de cacau (1988) do **Brasil**, bem como da principal (1988/89), a despeito da melhoria das condições climáticas no sul da **Bahia**;

QUADRO 16 – OFERTA E DEMANDA INTERNACIONAL DE CACAU – 1984/85 A 1987/88 (Em 1.000 t)

DISCRIMINAÇÃO	ANO AGRÍCOLA INTERNACIONAL			
	1984/85	1985/86	1986/87	1987/88[e]
Estoque inicial	342	439	544	594
Produção bruta	1.946	1.965	1.961[e]	2.091
Produção líquida[1]	1.927	1.945	1.941[e]	2.070
Total disponível[2]	2.268	2.385	2.485[e]	2.664
Moagem	1.829	1.841	1.891[e]	1.959
Estoque final	439	544	594[e]	705
Variação de estoque	+98	+104	+50[e]	+111

FONTE – Gill and Duffus – nº 330, junho de 1988.

[e] Estimativa;

[1] A produção líquida é igual à produção bruta menos 1% decorrente da perda de peso.

[2] O total disponível corresponde ao estoque inicial mais a produção líquida.

QUADRO 17 – MÉDIA DAS COTAÇÕES FUTURAS DA BOLSA DE NOVA IORQUE, PARA OS PRIMEIROS MESES COTADOS – 1988 (Em US$/t)

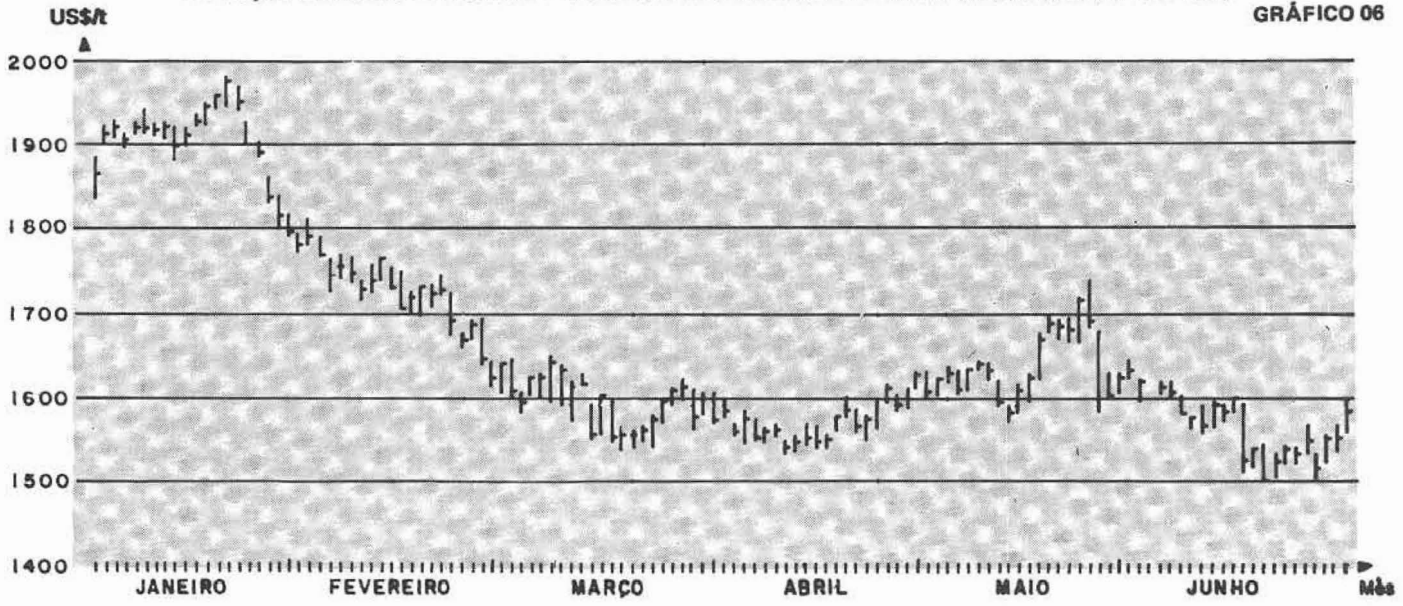
MÊS	INDICADOR	1º TRIMESTRE			
		Março	Maio	Julho	Setembro
Janeiro	Máxima	1.891	1.932	1.944	1.967
	Mínima	1.863	1.891	1.920	1.949
	Média	1.875	1.902	1.925	1.955
Fevereiro	Máxima	1.701	1.738	1.764	1.792
	Mínima	1.673	1.710	1.740	1.770
	Média	1.683	1.720	1.759	1.778
Março	Máxima	1.580	1.607	1.632	1.661
	Mínima	1.563	1.574	1.602	1.635
	Média	1.561	1.591	1.616	1.647

MÊS	INDICADOR	2º TRIMESTRE			
		Maio	Julho	Setembro	Dezembro
Abril	Máxima	1.553	1.582	1.604	1.637
	Mínima	1.533	1.560	1.585	1.619
	Média	1.543	1.570	1.594	1.628
Maio	Máxima	1.586	1.649	1.661	1.686
	Mínima	1.578	1.618	1.633	1.661
	Média	1.584	1.633	1.647	1.673
Junho	Máxima	–	1.562	1.581	1.602
	Mínima	–	1.535	1.556	1.577
	Média	–	1.545	1.565	1.585

FONTE – Ceplac/Secre/Coeca.

COTAÇÕES DIÁRIAS DE CACAU – BOLSA DE NOVA IORQUE – PRIMEIRO SEMÉSTRE DE 1988

GRÁFICO 06



FONTE – Ceplac/Secre/Coeca.

- o relatório divulgado pelo **Comitê de Comercialização de Gana,** no início do ano, informando que a produção 1987/88 de seu país será aproximadamente 80% inferior à de 1986/87;
- aumento de 14,1% da moagem holandesa, referente ao primeiro trimestre de 1988, bem como de 8,8% da moagem na **Alemanha Ocidental,** em igual período;
- a situação incerta dos embarques de cacau em amêndoas procedentes do **Equador,** no início de abril, retidos pelo governo em função de irregularidades fiscais;
- o desacordo de grande parte das origens do oeste africano em seguir os níveis de preços registrados no mercado futuro, restringindo a quantidade de vendas de **hedge;**
- o enfraquecimento da libra esterlina, em relação ao dólar norte-americano, ocasionando compras especulativas no terminal londrino;
- a cobertura de posições anteriormente vendidas, na medida em que diminuia o diferencial de preços nas respectivas bolsas de Londres e Nova Iorque; e

- o fortalecimento do mercado de cereais em Chicago, desencadeando compras especulativas de **commodities,** incluindo o cacau.

Quanto aos fatores que mais contribuíram para as quedas dos preços nos referidos mercados:

- o fracasso da **35ª Reunião do Conselho** da **ICCO,** realizada em Lon-

QUADRO 18 – MÉDIA DAS COTAÇÕES FUTURAS DA BOLSA DE LONDRES, PARA OS PRIMEIROS MESES COTADOS – 1988
(Em US$/t)

MÊS	INDICADOR	1º TRIMESTRE Março	Maio	Julho	Setembro
Janeiro	Máxima	1.135	1.154	1.173	1.191
	Mínima	1.115	1.136	1.157	1.176
	Média	1.124	1.145	1.164	1.183
Fevereiro	Máxima	1.051	1.073	1.093	1.112
	Mínima	1.035	1.057	1.079	1.098
	Média	1.039	1.062	1.082	1.102
Março	Máxima	931	956	974	992
	Mínima	918	937	956	974
	Média	925	945	964	982

MÊS	INDICADOR	2º TRIMESTRE Maio	Julho	Setembro	Dezembro
Abril	Máxima	895	919	930	954
	Mínima	881	899	917	940
	Média	888	906	923	945
Maio	Máxima	918	937	953	973
	Mínima	908	923	940	961
	Média	911	930	946	966
Junho	Máxima	–	922	944	965
	Mínima	–	909	929	952
	Média	–	915	936	959

FONTE – Ceplac/Secre/Coeca.

dres, no período de 29/02 a 11/03, visando a estabelecer mecanismos alternativos de suporte aos preços (esquema de retenção nas origens e nova redução da faixa de preços de intervenção) após o estoque regulador da organização ter alcançado sua capacidade máxima de 250 mil t, em 25/02/88, ficando assim (a organização) impossibilitada de intervir no mercado, mediante compras (ver **Box**);

- relatório divulgado pela **ICCO**, em junho, afirmando que o **IV Acordo Internacional do Cacau** enfrenta sérios problemas financeiros, uma vez que vários países produtores, membros do **Acordo**, encontram-se em débito com a organização;
- as expectativas de excesso de produção mundial (ano agrícola 1987/88)), pela quarta vez consecutiva, refletindo estimativas de casas comerciais para as produções da **Costa do Marfim** (620 mil t) e da **Malásia** (200 mil a 220 mil t), bem como expectativas de **superávit** para a produção mundial de 1988/89, tendo em vista o bom desenvolvimento das lavouras no oeste africano, favorecidas pelas atuais condições climáticas;
- a revisão da estimativa do secretariado da **ICCO**, em abril, de **superávit** da produção mundial (1987/88) de 81 mil t para 120 mil t;
- os relatórios sobre a melhoria das condições climáticas no **Brasil**, criando perspectivas otimistas para a safra principal de 1988/89, bem como para a **temporã** de 1988;
- no início de 1988, os relatórios sobre o aumento das entregas semanais procedentes da **Costa do Marfim, Brasil** e **Camarões**;
- o ceticismo quanto à possibilidade de a **Costa do Marfim** persistir em sua política de retenção, iniciada em abril-maio, por muito tempo, incluindo rumores de que declarações de embarque de cacau daquele país estiveram circulando na **Europa**, em julho, referentes aos contratos firmados com o gerente do estoque regulador da **ICCO**;
- o fortalecimento do dólar norte-americano, após divulgação de que o **déficit** comercial dos **Estados Unidos da América**, em março, ficou em US$ 9,8 bilhões;
- as realizações de lucros, em função do desempenho dos mercados de cereais em Chicago e da movimentação dos metais preciosos; e
- as vendas especulativas de casas corretoras, vendas realizadas pelas origens, bem como ausência de interesse de compra por parte dos manufatureiros.

A ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO CACAU (ICCO)

Durante o primeiro semestre de 1988, em Londres, foram realizadas três reuniões da ***Organização Internacional do Cacau:*** *a 10ª Reunião Extraordinária do Conselho – de 13 a 15 de janeiro; a 35ª Reunião Ordinária do Conselho – de 29 de janeiro a 11 de março; e a 60ª Reunião do Comitê Executivo – de 6 a 8 de junho de 1988.*

*A 10ª Reunião Extraordinária do Conselho analisou a proposta conciliatória de seu presidente, A. Russchem, apresentada na 34ª Reunião Ordinária (Informações do Mercado de Cacau – **ICCO** – dezembro de 1987). A maioria das proposições apresentadas no documento foi aprovada, exceto a do* ***levy*** *diferenciado. Os consumidores não aceitaram um* ***levy*** *de US$ 45/t para os países não-membros da* ***ICCO*** *e um outro de US$ 30/t, para os países-membros. Assim, manteve-se esta última taxa. O assunto, no entanto, não se esgotou, uma vez que um Grupo de Trabalho revisará a proposta, bem como estudará medidas complementares de sustentação dos preços (conforme prescreve o Artigo 39 do* ***Acordo Internacional do Cacau – 1986)*** *e de destinação do cacau da reserva de estabilização (estoque regulador) para usos não tradicionais.*

Outros tópicos decididos: a faixa do preço de intervenção do estoque regulador foi reduzida em 115 DES/t, de forma que o novo preço mínimo ficou em 1.485 DES/t e o máximo em 2.155 DES/t; a retomada das compras a serem efetuadas pelo gerente do estoque regulador; e uma solicitação aos países importadores para que limitem, dentro do possível, as compras procedentes dos países não-membros da ***ICCO.***

A 35ª Reunião Ordinária do Conselho analisou a possibilidade de implementação de mecanismos alternativos de suporte aos preços (esquema de retenção do produto nas origens e nova redução da faixa de preço de intervenção), tendo em vista que o estoque regulador da ***ICCO*** *havia alcançado a capacidade máxima de 250 mil t.*

No final da primeira semana de negociações, o Conselho decidiu pela implementação daquele esquema, tal como está determinado no ***IV Acordo Internacional do Cacau.*** *Contudo, após mais uma semana de debates, produtores e consumidores não tinham ainda chegado a um consenso de como conduzi-lo (o esquema) já que a* ***ICCO*** *não dispunha de verbas suficientes para financiar os custos da operação.*

Outro fato que igualmente contribuiu para a inviabilização do plano de retenção foi a discordância entre os membros do Conselho a respeito da nova redução da faixa de preço da intervenção.

Na 35ª Reunião, foi igualmente debatida a possibilidade de elevação do ***levy*** *de US$ 30/t para US$ 45/t, a ser pago pelos países não-membros da* ***ICCO,*** *caso efetuem importações de países não-membros. Também foi discutida a proposta de introdução de um esquema de cotas de exportação, semelhante ao que vigora no* ***Acordo Internacional do Café.***

A 60ª Reunião do Comitê Executivo da ***ICCO*** *teve como objetivo dar seguimento às negociações sobre as questões referentes aos mecanismos alternativos de suporte aos preços. No entanto, os debates foram transferidos para a próxima reunião da* ***ICCO,*** *a se realizar em setembro.*

Texto original: "Retrospectiva do Panorama da Economia Cacaueira no 1º Semestre de 1988". Coordenadoria de Estudos Econômicos e Estatísticos da ***CEPLAC.*** *Coordenador:* ***José Alexandre de Souza Menezes.***

PREÇOS DE TERRAS E SALÁRIOS NO MEIO RURAL

Os Quadros 19 e 20 discriminam os preços médios dos arrendamentos, vendas de terras e salários no meio rural, vigentes no final do primeiro semestre de 1988, segundo as unidades da **Federação**, grandes regiões e **Brasil**. As informações refletem transações efetivamente realizadas, desprezando-se, pois, as expectativas ou estimativas de valores referentes a contratos não consumados.

O método da coleta dos preços está suficientemente difundido, mas convém recordar que, nos **arrendamentos agrícolas em dinheiro**, tem-se o preço médio mais comumente pago no local do levantamento. São excluídos os valores de parcerias (meias, terças ou outras) ou quaisquer outros arrendamentos pagos total ou parcialmente em produto. Já no caso de **venda de terras**, o preço refere-se à média das transações efetivadas, com base no preço da terra nua (sem quaisquer benfeitorias) e de qualidade comum à região.

Quanto à **remuneração do trabalho**, são levantados os salários, **mais** gratificações, realmente pagos em dinheiro, o que exclui, portanto, os casos de remuneração mista (dinheiro **mais** produtos) ou, somente, produtos.



ARRENDAMENTOS E PREÇOS DE TERRAS

Nos meses de julho e agosto, ganharam amplo destaque nos principais jornais do país notícias sobre excessivas valorizações das terras agrícolas, que teriam sido ocasionadas pelas altas da soja e pela recuperação dos preços do boi gordo. Os aumentos variavam entre 100% e 300%, mas o fato é que a maior parte das informações se referia às cotações das terras localizadas principalmente na região **Centro-Sul**. Tudo faz crer que foram poucas as transações, pois os vendedores encontravam-se retraídos, aguardando novos acréscimos.

Na verdade, no transcorrer do primeiro semestre, os preços das terras, agrícolas, efetivamente negociadas, caíram em **termos reais**. Aliás, foi uma queda histórica, tendo superado quaisquer outras registradas desde 1966, a partir de quando se realiza a respectiva investigação.

Na média do país, em valores nominais, os arrendamentos foram reajustados em 235%[1] nas lavouras, 114% nas explorações animais e 84% na estada ou engorda de animais. Nas vendas de terras, as de lavoura ficaram 91% mais caras, as de campo 62%, as de pastagem 64%, e as de mata, apenas 47%.

Ao longo do primeiro semestre, o **IGP-DI** acumulou alta de 188% e a **OTN**, de 156%. Como se vê, excetuando os arrendamentos para lavouras, os outros aluguéis depreciaram-se 26% nas explorações animais e 36% na estada ou engorda de animais. Quanto às vendas de terras, as desvalorizações oscilaram entre 34% (lavouras) e 49% (matas)[2].

1 Este percentual médio de aumento deve ser encarado com algumas reservas, já que, no caso de São Paulo, inexistiam informações sobre os aluguéis de terras para lavouras no mês de junho de 1988. Em outras palavras, neste mês, a média nacional exclui este estado.

2 **Agroanalysis** (vol. 12, nº 5, maio de 1988) publicou os valores dos arrendamentos e vendas de terras referentes a 1987. Neste ano, as depreciações foram igualmente acentuadas. Agora, ou melhor, em junho de 1988, os preços reais situaram-se próximos dos registrados em 1966.

QUADRO 19 – BRASIL E UNIDADES DA FEDERAÇÃO – PREÇOS MÉDIOS DE ARRENDAMENTOS E VENDAS DE TERRAS AGRÍCOLAS NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 1988

GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ARRENDAMENTO DE TERRA (Cz$/ha/ano)			VENDA DE TERRA (Cz$/ha)			
	Lavoura	Exploração animal	Engorda ou estada de animal[1]	Lavoura	Campo	Pastagem	Mata
Norte	9.670,18	5.457,23	320,57	27.609,10	10.762,57	23.589,96	12.145,88
Rondônia	10.375,00	5.250,00	272,73	44.537,15	17.750,00	28.737,13	19.377,42
Acre	10.000,00	5.500,00	354,69	36.440,80	20.000,00	31.513,34	13.349,59
Amazonas	10.000,00	...	397,34	18.981,55	11.058,72	21.260,96	9.700,44
Roraima	10.000,00	...	243,18	17.500,00	4.000,00	16.700,00	3.545,45
Pará	8.987,29	...	268,80	23.398,24	11.430,33	24.917,26	10.743,81
Amapá	...	...	...	...	...	...	...
Nordeste	6.901,37	4.785,19	527,24	48.277,65	23.784,03	39.210,72	18.987,43
Maranhão	6.270,74	4.409,93	480,00	15.126,10	7.205,55	19.095,10	9.720,33
Piauí	4.950,19	4.250,50	495,07	12.019,04	6.457,58	13.449,20	5.727,21
Ceará	5.757,33	4.136,55	553,97	27.520,12	15.476,13	16.358,73	13.661,70
R. G. do Norte	5.584,30	4.085,97	376,78	40.799,61	24.525,67	25.179,71	13.614,38
Paraíba	6.870,50	3.891,29	521,80	53.898,82	32.338,61	34.956,02	21.584,18
Pernambuco	8.262,56	6.533,92	716,75	80.717,19	40.054,68	58.850,91	25.033,54
Alagoas	7.394,04	5.947,39	490,77	96.846,66	51.487,33	70.904,67	67.540,99
Sergipe	7.661,85	6.917,35	621,93	82.284,92	58.774,32	91.557,21	43.621,37
Bahia	15.222,57	6.170,75	582,86	57.908,20	28.066,55	52.176,00	26.736,80
Sudeste	11.944,65	6.887,89	504,86	175.461,41	72.166,68	97.015,37	117.103,36
Minas Gerais	11.364,24	6.178,57	514,82	95.756,00	46.322,67	67.061,00	61.371,37
Espírito Santo	19.259,98	4.665,01	349,08	101.011,67	63.498,05	67.563,46	78.108,60
Rio de Janeiro	14.747,76	7.092,48	492,85	192.901,04	137.580,66	154.432,44	143.086,51
São Paulo	...	9.094,00	490,00	247.949,00	137.000,00	179.000,00	289.000,00
Sul	17.083,39	3.333,84	308,24	203.690,98	123.029,88	103.643,48	109.346,43
Paraná	18.457,22	8.363,36	402,63	240.042,12	139.612,57	154.009,97	104.948,64
Santa Catarina	17.431,83	6.643,82	463,04	138.283,88	86.280,42	107.249,42	115.758,98
R. G. do Sul	16.269,96	2.648,55	288,99	188.245,55	...	82.067,12	...
Centro-Oeste	11.713,54	5.460,12	354,04	67.039,03	28.964,92	47.972,01	28.084,33
Mato G. do Sul	14.519,92	6.182,00	386,16	107.815,63	46.729,57	65.481,22	54.861,24
Mato Grosso	8.403,38	5.127,68	268,66	37.233,84	15.079,93	30.546,27	17.754,57
Goiás	10.016,90	4.299,08	329,82	60.635,23	23.434,04	44.280,01	30.119,20
Brasil	12.608,47	5.227,43	400,19	127.634,85	43.416,27	64.299,88	36.348,73

FONTE – FGV/Ibre/Ces.

[1] Cz$/cabeça/mês.

QUADRO 20 – BRASIL E UNIDADES DA FEDERAÇÃO – REMUNERAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA RURAL – PRIMEIRO SEMESTRE DE 1988
(em Cz$/mês)

GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO	REMUNERAÇÃO DO TRABALHO (Cz$/mês)				
	Administrador	Capataz	Tratorista	Mensalista	Diarista[1]
Norte	28.503,15	18.726,11	18.316,47	11.018,59	410,22
Rondônia	38.214,29	23.714,29	23.328,57	11.797,54	440,00
Acre	30.625,00	16.965,17	16.277,87	10.685,78	387,72
Amazonas	29.552,23	19.337,28	23.661,43	11.733,97	469,11
Roraima	29.916,67	19.230,77	19.888,89	11.875,00	594,12
Pará	24.137,89	16.779,69	17.238,00	10.824,66	385,78
Amapá	...	...	...	...	475,00
Nordeste	16.385,12	11.780,18	12.826,79	9.524,78	292,00
Maranhão	17.664,63	12.712,40	11.509,64	8.425,61	300,36
Piauí	15.797,74	9.465,00	11.284,97	7.784,91	258,72
Ceará	14.267,98	9.681,17	12.321,52	7.445,67	241,67
R. G. do Norte	12.420,28	9.873,90	11.327,54	7.833,79	285,87
Paraíba	10.836,99	8.976,33	9.625,98	6.303,06	239,99
Pernambuco	20.483,27	12.635,76	15.056,98	11.409,71	331,59
Alagoas	20.408,63	12.021,40	12.137,30	9.175,23	300,39
Sergipe	15.568,67	10.277,31	13.455,04	9.007,63	354,77
Bahia	16.863,38	13.090,42	13.726,93	10.082,27	321,25
Sudeste	24.274,02	16.644,17	16.098,43	10.991,07	425,18
Minas Gerais	24.511,29	17.076,04	16.818,44	10.700,21	374,39
Espírito Santo	24.446,81	16.173,89	17.412,78	10.358,95	389,87
Rio de Janeiro	23.260,77	18.543,19	17.358,60	10.540,51	392,77
São Paulo[2]	24.278,00	15.709,00	15.709,00	11.424,00	514,00
Sul	26.787,03	19.017,00	15.503,38	10.659,06	440,35
Paraná	25.630,21	17.106,68	14.420,43	10.480,53	408,26
Santa Catarina	25.334,30	18.127,39	16.805,92	11.009,07	518,94
R. G. do Sul	28.974,02	22.057,80	15.881,37	10.856,73	457,22
Centro-Oeste	29.968,29	18.050,45	14.926,70	10.580,84	407,92
Mato G. do Sul	31.880,39	19.767,85	13.961,54	10.127,64	476,29
Mato Grosso	36.742,09	22.893,77	16.414,60	12.428,55	453,97
Goiás	25.979,69	14.998,05	15.135,25	10.239,93	376,49
Brasil	22.751,18	15.540,44	15.504,28	10.443,13	362,03

FONTE – FGV/Ibre/Cea.

1 Cz$/dia;

2 Salários de abril corrigidos para junho, de acordo com a evolução do Piso Nacional de Salário.

A queda dos preços das terras agrícolas foi conseqüência do aumento desenfreado das taxas de juros (o mercado financeiro atraiu a maior parte das poupanças) e da situação recessiva da economia. Além do mais, muitos pequenos agricultores que se encontravam endividados venderam suas terras a preços inferiores aos de mercado. Por outro lado, foi bastante expressivo o número de negócios realizados com terras não desbravadas, ou de fronteira agrícola, onde os preços praticados são comparativamente mais baixos.

No mês de junho, em valores correntes, os arrendamentos para lavouras encontravam-se mais caros no **Paraná** (Cz$ 18.457/ha/ano) e mais baratos no **Piauí** (Cz$ 4.950/ha/ano). Nos aluguéis de terras para explorações animais, classificaram-se no extremo superior os preços de **São Paulo** (Cz$ 9.094/ha/ano) e no extremo inferior os do **Rio Grande do Sul** (Cz$ 2.648/ha/ano). Em **Pernambuco**, a estada ou engorda de animais era a mais valorizada (Cz$ 716/cabeça/mês), enquanto que em **Roraima** valia apenas Cz$ 243/cabeça/mês.

No tocante às terras vendidas, as diferenças de preços são comparativamente maiores. Registraram-se números mais altos em **São Paulo** (exceto nas terras de campos, onde o destaque ficou com o **Paraná**) e mais baixos no **Piauí** (lavouras e pastagens) e **Roraima** (campos e matas). No **Piauí**, em junho, o preço médio por ha de terras para lavouras era igual a Cz$ 12.019, ou seja, cerca de 21 vezes inferior ao das terras paulistas para o mesmo uso (Cz$ 247.949). De outra parte, em **Roraima**, 35 ha de terras de campos correspondiam, em preço, a apenas 1 ha no **Paraná**. No caso das terras para pastagens, os preços por ha variaram entre Cz$ 13.449 (**Piauí**) e Cz$ 179.000 (**São Paulo**).

SALÁRIOS

O semestre prosseguiu desfavorável para os trabalhadores rurais, principalmente diaristas, não obstante a recuperação relativa dos preços dos principais produtos das lavouras. Confrontando-se os valores de dezembro de 1987 com os de junho de 1988, as remunerações nominais dos administradores, na média nacional, elevaram-se 174%; as dos capatazes, 18%; e as dos tratoristas, 179%. No caso da mão-de-obra não qualificada, os mensalistas tiveram reajustes de 179%; e os diaristas, de 127%. Em igual período, o **Piso Nacional de Salários** subiu 188% e, deste modo, nota-se, somente o salário do capataz conseguiu acompanhá-lo. Em valores **reais**, as diárias (a seco) involuiram 22%.

Registre-se que junho é o mês de pico máximo do emprego agrícola. Os salários certamente refletiram as menores colheitas de café, cacau e milho.

Na agricultura brasileira, o trabalhador continua desamparado e ganhando muito mal, com exceção, talvez, de algumas áreas canavieiras do estado de **São Paulo**. Em junho de 1988, na média do país, o maior salário foi o do administrador (Cz$ 22.751) e o menor o do empregado mensalista (Cz$ 10.443), o qual recebeu pouco mais de um **Piso Nacional de Salário** (Cz$ 10.368). As remunerações foram bem inferiores no **Nordeste**, mormente na **Paraíba**, onde aquelas duas categorias de trabalhadores obtiveram ganhos de apenas Cz$ 10.836 e Cz$ 6.303, respectivamente.

Quanto ao valor das diárias, conforme se viu, reduziu-se comparativamente. Na média nacional, alcançou tão-somente Cz$ 362, com o mínimo de Cz$ 240 na **Paraíba** e o máximo de Cz$ 594, em **Roraima**. Nas regiões **Sul** e **Sudeste**, variou de Cz$ 374 (**Minas Gerais**) a Cz$ 519 (**Santa Catarina**). Em **São Paulo**, atingiu Cz$ 514.

Para se ter uma idéia do baixíssimo poder de compra dessas diárias, além da sua deterioração, basta notar que, no varejo da capital de **São Paulo**, no mês de junho, o arroz custava Cz$ 96/kg, o feijão Cz$ 143/kg e meio quilo de pó de café, Cz$ 250. No transcorrer do primeiro semestre, os preços desses produtos subiram, respectivamente, 258%, 264% e 236%. (**Informações Econômicas, IEA**, julho de 1988). Não é de surpreender, portanto, que o **bóia-fria** apresente deficiências nutricionais generalizadas.

Na realidade, a precária sobrevivência da família do **bóia-fria** depende do esforço de quase todos os seus membros, incluindo as crianças, em geral trabalhando como diaristas, nas estafantes tarefas do campo. Aí, a jornada de trabalho varia em torno de dez horas.



3 **Agroanalysis** (vol. 12, nº 6, junho de 1988) divulgou os salários rurais vigentes em 1987, quando, então, destacou sua acentuada depreciação, em relação aos níveis alcançados no ano anterior. Da mesma forma como hoje ocorre, a retração da economia e o conseqüente desemprego urbano-industrial prejudicaram mais os trabalhadores eventuais (diaristas), também conhecidos como **volantes** ou **bóias-frias**.

CAFÉ

EXPORTAÇÕES DE CAFÉ VERDE DOS PAÍSES MEMBROS DA OIC, PARA TODOS OS DESTINOS
(em mil sacas de 60 kg)

ORIGEM	1983	1984	1985	1986	1987
Total	**66.212**	**68.568**	**71.385**	**64.592**	**71.347**
SUAVES COLOMBIANOS	**11.426**	**12.723**	**12.402**	**14.270**	**13.671**
Colômbia	9.210	10.199	9.994	11.380	11.286
Quênia	1.402	1.580	1.698	2.046	1.594
Tanzânia	814	944	710	844	791
OUTROS SUAVES	**16.937**	**16.203**	**18.343**	**17.198**	**19.195**
BRASIL E OUTROS ARÁBICOS**	**19.396**	**20.958**	**20.291**	**11.346**	**19.792**
Brasil	17.846	19.505	19.158	10.096	18.566
Etiópia	1.550	1.453	1.133	1.250	1.226
ROBUSTAS*	**15.401**	**15.847**	**17.063**	**18.043**	**14.767**
ARÁBICOS	**2.248**	**2.264**	**2.450**	**2.995**	**3.250**
ROBUSTAS**	**804**	**573**	**836**	**740**	**672**

FONTE – Organização Internacional do Café – OIC.

* Países com direito à quota básica;
** países isentos da quota básica.

BRASIL – PRODUÇÃO DE CAFÉ VERDE
(mil sacas de 60 kg)

SAFRA	ÁREA PLANTADA (mil ha)	QUANTIDADE PRODUZIDA Arábico	Robusta	Total
1980/81	3.020	20.250	1.250	21.500
1981/82	3.145	31.500	1.500	33.000
1982/83	3.225	15.750	2.000	17.750
1983/84	3.225	28.000	2.000	30.000
1984/85	3.275	25.000	2.000	27.000
1985/86	3.300	30.600	2.400	33.000
1986/87	3.350	10.400	3.500	13.900
1987/88	3.400	31.500	3.500	35.000

FONTE – Horticultural and Tropical Products Division, FAS, USDA.

Os hábitos dos consumidores vêm-se modificando e há, atualmente, no mercado internacional, crescente demanda pelo tipo **arábico suave** ou por **cafés finos**, principalmente nos **Estados Unidos da América** e **República Federal da Alemanha.**

O maior produtor mundial de cafés **finos** tem sido a **Colômbia.** Na safra 1987/88, teve área plantada de 1.015 mil ha e produção de 10.700 mil sacas de 60 kg, praticamente toda de **suaves.**

O **Brasil** detém a hegemonia mundial de produção, com área plantada de 3.400 mil ha, tendo colhido, na safra 1987/88, em sacas de 60 kg, cerca de 31.500 mil do **arábico** e 3.500 mil do tipo **robusta.** Sua parcela de **arábico suave** é pequena, (5% a 10% de sua colheita total).

As principais regiões brasileiras de lavouras para **suaves** estão localizadas no sul do estado de Minas Gerais, no **Triângulo Mineiro,** e na Mogiana, ao norte do estado de São Paulo. A participação de cafés **finos** na produção destes estados é de 20%, podendo chegar a 40%, nos anos em que o clima, na época da colheita, esteja seco, o que contribui para evitar a fermentação dos grãos, determinando a qualidade da **bebida.**

Os setenta e quatro países-membros da **Organização Internacional do Café – OIC** reuniram-se em Londres, **Inglaterra,** no final de setembro, para discutirem sobre a prorrogação do **Acordo Internacional,** cumprimento de regras de exportação e uma possível quota especial para a alocação de 2 milhões de sacas de 60 kg sobre as estipuladas pela **OIC,** para os produtores de cafés **finos.**

Aos países consumidores interessava um aumento de oferta de cafés do grupo **outros suaves** e **suaves colombianos,** o que excluia o **arábico,** produzido no **Brasil.** Em havendo o aumento, o preço tenderia a cair, contrariando interesses dos produtores. O **Brasil** pleiteava ganhar parcela maior da quota global. O **Acordo** ficou definido após consenso entre países consumidores, liderados pelos **Estados Unidos da América** e **República Federal da Alemanha,** e produtores, liderados pelo **Brasil** e **Colômbia.** O total da exportação, em 1988-89, ficou fixado em 56 milhões de sacas de 60 kg e os cafés divididos em dois grandes grupos: **arábico** e **robusta.**

Em 1º de outubro foram anunciadas as quotas de cada país, ficando 2 milhões retidas pela **OIC,** durante o primeiro trimestre do ano cafeeiro, com uma liberação de 1 milhão, após 25 de outubro, e outra parcela quinze dias após esta data, dependendo do aumento da média móvel, de quinze dias, do preço indicativo composto da **OIC,** em 30 de setembro, o qual era de 114,40 centavos de dólar por **libra-peso.** Ao **Brasil,** coube uma quota de 15.989.619 sacas, podendo chegar a 16.603.249 sacas, conforme os percentuais de rateio das 2 milhões retidas. À **Colômbia,** ficaram reservadas 8 milhões de sacas. A comercialização total do **robusta** se situará em torno de 13 milhões de sacas.

A prorrogação do **Acordo,** até setembro de 1989, favoreceu o **Brasil,** visto que, aumentando no mercado a demanda por cafés suaves, aumentarão as exportações brasileiras de **arábico.**

CEBOLA

ESTADO DE SÃO PAULO – PREÇOS* MÉDIOS MENSAIS DA CEBOLA – 1987/88 – Cz$/kg

MÊS	PRODUTOR	
	1987	1988
Jan	51,06	58,59
Fev	49,26	57,53
Mar	61,99	...
Abr	82,77	...
Mai	103,37	139,55
Jun	77,75	125,69
Jul	73,11	118,45
Ago	52,10	137,67
Set	22,94	
Out	20,98	
Nov	21,32	
Dez	27,94	

MÊS	ATACADO	
	1987	1988
Jan	70,66	81,15
Fev	66,57	100,00
Mar	97,21	113,55
Abr	142,44	197,61
Mai	139,67	174,45
Jun	99,65	173,04
Jul	94,06	162,46
Ago	58,37	183,61
Set	44,16	
Out	34,70	
Nov	31,90	
Dez	52,95	

MÊS	VAREJO	
	1987	1988
Jan	160,71	120,07
Fev	153,15	120,86
Mar	142,53	164,21
Abr	220,94	275,13
Mai	253,91	283,93
Jun	197,88	296,05
Jul	160,18	245,26
Ago	158,55	248,69
Set	113,13	
Out	76,30	
Nov	69,84	
Dez	73,64	

FONTE – Ceagesp e IEA/SP.
* Corrigidos pelo IGP-DI, para agosto de 1988.

Os preços, após evoluírem aceleradamente desde dezembro do ano passado, registraram breve período de declínio, notadamente no atacado, entre maio e julho, voltando a reagir a partir daí em todos os níveis de comercialização.

O incremento da oferta no mercado que, além dos remanescentes da cebola do **Sul**, foi engrossada, em maio, com maiores remessas das safras **de soqueira** do município paulista de Piedade, bem como das híbridas da região do Vale do São Francisco e, logo em junho, com as primeiras partidas da colheita de Monte Alto, **São Paulo**, provocou arrefecimento das cotações. Note-se que, em decorrência das constantes chuvas verificadas em Piedade, em meados de maio, que dificultaram a colheita e escoamento, chegando até mesmo a provocar reações transitórias de alta nos preços, a qualidade da safra **de soqueira** foi afetada, o que contribuiu para desvalorizar o produto.

Também em julho, apesar de a safra **de soqueira** estar quase terminando e de ter diminuído a oferta proveniente do **Nordeste**, a intensificação da colheita das regiões paulistas de Monte Alto e São José do Rio Pardo conseguiu manter os preços em baixa.

Em agosto, porém, devido à menor produção destas áreas em relação à obtida na última safra (em conseqüência da retração da área plantada, uma vez que os produtores foram muito desestimulados pelos baixos preços praticados em 1987, e do decréscimo de produtividade física ocasionado por excesso de chuvas na fase de plantio) e, além disso, devido ao fato de o produto estar sendo comercializado de forma mais gradativa, os preços subiram novamente. Com o aumento das remessas da cebola de mudas de Piedade (próxima safra a entrar no mercado) e por outro lado, devido também à uma provável retração da demanda em virtude do encarecimento do produto, as cotações devem recuar. No entanto, mais para o final do ano, em função da reduzida disponibilidade de cebola, a alta dos preços deverá voltar a persistir.

A prolongada estiagem que assolou o **Centro-Sul** até meados de setembro, embora não tenha acarretado maiores problemas na produção de mudas de Piedade que, por ocorrer em área quase toda irrigada, vem, até agora, desenvolvendo-se normalmente, causou danos irreparáveis nos estados do **Sul**. Em **Santa Catarina**, segundo informações da **Cepa**, a produção bruta, estimada inicialmente em 275 mil t, deverá reduzir-se cerca de 50%, tendo em vista que a seca, além de ter provocado atraso no transplante das mudas (grande parte acabou bulbificando nos canteiros), prejudicou bastante a produtividade das lavouras já plantadas (apenas 50% do total). Também no **Rio Grande do Sul**, em virtude da falta de mudas, decorrente de perdas nos canteiros e da secura excessiva do solo, está sendo esperado, em contraste com as intenções iniciais de plantio, um recuo da área que, à semelhança do que ocorreu na safra encerrada em maio, deverá outra vez situar-se muito abaixo da média verificada no período 1983/87 (19.596 ha).

PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA

AÇÚCAR E ÁLCOOL

O **Ato nº 45,** de 22/09/88, do **IAA,** reajusta em 22% (ver Quadro 21) os preços da cana-de-açúcar, do açúcar e do álcool (**D.O.U.,** de 23/09/88).

CAFÉ

A **Resolução nº 62,** de 1º/09/88, do **IBC,** fixa em Cz$ 28.651,20/saca o preço de garantia para os cafés **arábicos** do **tipo 6** para melhor, **bebida dura;** em Cz$ 24.914,10/saca para os do **tipo 6** para melhor, bebida isenta do gosto **Rio-Zona;** em Cz$ 22.422,70/saca para os do **tipo 7** para melhor, qualquer bebida; e em Cz$ 19.931,30/saca para os **Robusta Conillon,** do **tipo 7** para melhor. Estes preços vigoraram no mês de se-

QUADRO 21 – BRASIL – PREÇOS DA CANA-DE-AÇÚCAR E REMUNERAÇÃO DOS PRODUTORES DE AÇÚCAR E ÁLCOOL

DISCRIMINAÇÃO	CENTRO-SUL		NORTE-NORDESTE
	Rio de Janeiro	Demais estados	
Preços da cana-de-açúcar (Cz$/t)			
no campo	2.931,84	2.864,94	3.801,22
na esteira	3.982,52	3.910,48	5.103,74
Remuneração do produtor[1] (Cz$/50 kg)			
Açúcar cristal **standard**	3.205,10	2.870,73	3.608,94
superior	3.434,76	3.100,39	3.838,60
especial	3.549,59	3.215,22	3.953,43
Preços do açúcar e do álcool para o mercado interno[2]			
Açúcar cristal (Cz$/50 kg) **standard**	5.089,02	5.085,97	5.097,88
superior	5.369,97	5.366,94	5.378,83
especial	5.510,45	5.507,40	5.519,30
Álcool (Cz$/l)			
anidro	106,23	105,07	109,64
hidratado	100,57	99,45	103,87
Preços do açúcar e do álcool para exportação			
Açúcar demerara (Cz$/t)	56.536,49		59.335,28
cristal especial (Cz$/50 kg)	3.558,74		3.897,61
refinado granulado (Cz$/50 kg)	3.971,83		4.115,46
Álcool (Cz$/l)			
anidro	105,59	104,44	108,98
hidratado	99,97	98,84	103,24

FONTE – IAA, Ato nº 46 de 23/09/88.

1 A remuneração do produtor inclui o custo do produto industrial, margens de qualidade e subsídios de equalização;

2 Os preços aqui considerados são os preços oficiais de faturamento, que incluem PIS, Finsocial, ICM e contribuições. No que se refere ao ICM, foi tomado o caso das operações internas, com alíquotas de 17%.

tembro.

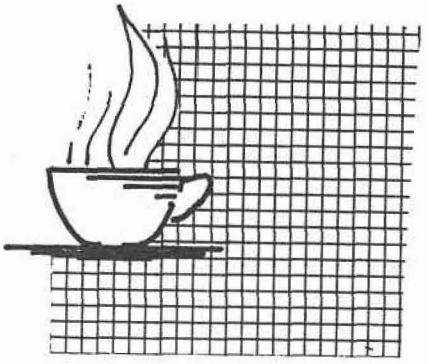
A **Resolução nº 63,** de 02/09/88, do **IBC,** estabelece que a parcela correspondente ao café em grão cru (ou seu equivalente torrado e moído) da quota atribuída ao **Brasil** pela **OIC** para embarques destinados a qualquer de seus países-membros, no ano convênio 1988/89, será distribuída entre as empresas ou cooperativas exportadoras exclusivamente através de **Leilões de Registro de Declarações de Vendas,** realizados em Bolsas mandatárias do **IBC,** segundo condições estabelecidas pela **Resolução nº 64,** de 02/09/88, do **IBC.**

A **Resolução nº 66,** de 02/09/88, do **IBC,** fixa em 12% do preço mínimo de registro, informado diariamente pelo **IBC,** o valor da **Quota de Contribuição** incidente nas exportações de café em grão (ou seu equivalente em torrado e moído) para os registros de **Declarações de Venda,** acolhidos a partir de 09/09/88, para embarques no período de 01/10/88 a 13/12/88.

A **Resolução nº 68,** de 02/09/88, do **IBC,** institui, a partir de 09/09/88, um **Programa de Retenção Temporária de Estoques.** A quantidade a ser retirada será fixada proporcionalmente à quantidade registrada para exportação, para todos os destinos, segundo relação estabelecida pelo **IBC** para cada período de venda específico. Os cafés retidos de acordo com esta **Resolução** não farão jus à eventual compensação por queda de preço, caso não sejam embarcados até 31/12/88 os cafés que deram origem à retenção.

A **Resolução nº 70,** de 02/09/88, do **IBC,** divulga as condições para registro prévio de exportador de café no **IBC,** sem o qual não será possível o exercício da atividade comercial de exportação.

A **Resolução nº 71,** de 02/09/88, do **IBC,** fixa em 10% do preço mínimo de registro o valor da **Quota de Contribuição** incidente nas exportações de café solúvel acolhidas, a partir de 05/10/88, para embarque entre 01/10/88 e 31/10/88.



A **Resolução nº 72,** de 02/09/88, do **IBC,** institui um sistema de defesa contra eventuais quedas de preços de mercado na vigência do **Programa de Retenção,** vinculado à exportação de café e estabelecido pela **Resolução nº 68/88.** Após determinar como serão feitos os cálculos, a **Resolução** estabelece que farão jus à compensação os cafés que, na semana da liberação, tiverem sua equivalência em **OTN** inferior àquela registrada na semana da retenção. O **IBC** compensará, sob a forma de **Avisos de Garantia,** até 90% da diferença entre os valores resultantes da equivalência em **OTN** dos preços de mercado convertidos em dólares dos **EUA** pela taxa média da compra do dólar na semana em que ocorreu a liberação (**D.O.U.,** de 06/09/88).

LEITE

A **Portaria nº 53,** de 15/07/88, da **Sunab,** reajusta em 18% os preços mínimos ao produtor e máximos ao consumidor (**D.O.U.** de 18/07/88).

A **Portaria nº 58,** de 16/08/88, da **Sunab,** reajusta em 31% os preços mínimos pagos ao produtor de leite e os preços máximos ao consumidor (**D.O.U.,** de 16/08/88).

A **Portaria nº 76,** de 15/09/88, da **Sunab** reajusta os preços do leite (ver Quadro 22) (**D.O.U.,** de 16/09/88.

QUADRO 22 – BRASIL – PREÇOS DO LEITE A PARTIR DE 16/09/88 (Cz$/litro)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	PREÇO AO PRODUTOR (MÍNIMO) Leite quota[1]	PREÇO MÁXIMO AO CONSUMIDOR Leite esterilizado[2]
PE	81,80	123,00
AL	81,80	123,00
SE	81,80	123,00
BA	81,80	123,00
MG[3]	67,84	116,20
ES[3]	67,84	116,20
RJ[3]	67,84	116,20
SP[3]	67,84	115,90
PR[3]	67,84	115,90
SC[3]	67,84	115,90
RS[3]	67,84	115,90
MS	67,84	115,90
MT[3]	67,84	116,20
GO[3]	67,84	116,20
DF[3]	67,84	116,20

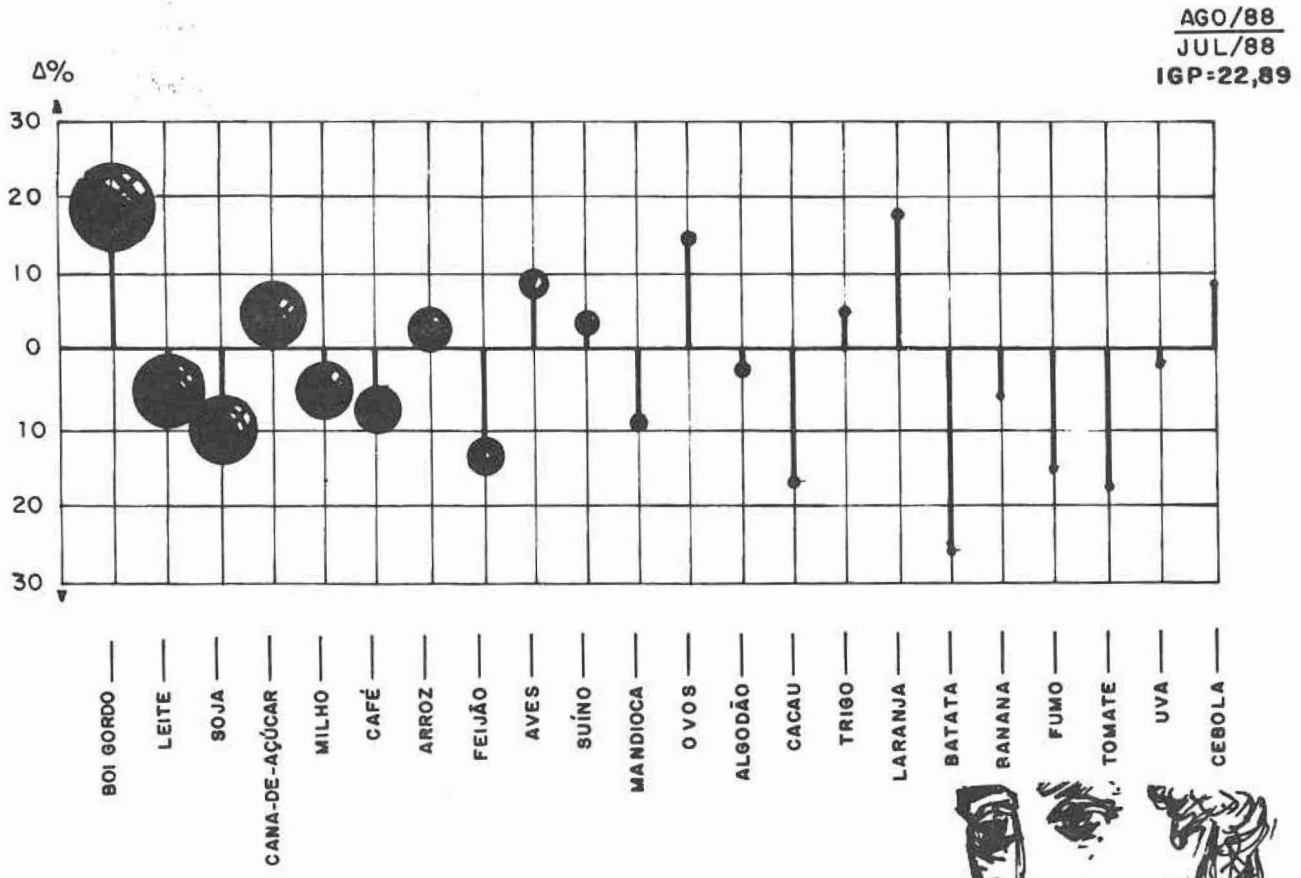
FONTE – Sunab.

[1] O preço do leite-quota para indústria foi fixado em Cz$ 64,37/litro;

[2] leite esterilizado (integral, desnatado ou semidesnatado, envasado mecanicamente em embalagens invioláveis, de material cartonado), com 3% de gordura;

[3] inclui o valor correspondente à incidência do Imposto de Circulação de Mercadorias.

PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES



No gráfico ao alto, as retas indicam as diferenças entre a variação percentual dos preços recebidos pelos agricultores (mês corrente em relação ao mês anterior) e a variação do **IGP-DI**, permitindo visualizar os ganhos potenciais do Setor Agrícola relativamente à inflação, tal como medida por aquele indicador. Os círculos que encimam as retas representam a participação percentual do valor da produção de cada produto no valor da produção global da agropecuária, em 1980.



PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

GUIA DE LEITURA (posições nominais referentes ao mês de setembro
1 – Preço médio um ano antes
2 – Preço médio no mês de setembro*
3 – Preço médio na última quinzena de setembro*
4 – Preço médio na última semana de setembro*
5 – Comportamento dos Preços Futuros
6 – Tendência do mercado
7 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos trinta dias

*futuro – primeira entrega

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
AÇÚCAR RAW US ¢/lb-peso	5,78	10,03	9,78	9,83	O: 10,03 — D: 9,42 — F: 9,77 — M: 9,59 — J: 9,46		Segundo E.D. & F. Man, apesar de continuar apertada a oferta, o fato de os compradores aguardarem suas próprias safras (a URSS colherá bem mais) atua de forma negativa.
ALGODÃO 1-1/16" US ¢/lb-peso	74,93	53,54	52,42	52,43	O: 53,54 — D: 51,90 — F: 51,93 — M: 52,18 — J: 52,61		Apesar dos preços baixos, a demanda norte-americana no mercado internacional continua fraca. A colheita nos EUA está normal, com rendimento físico bom, em importantes zonas de produção.
CACAU BAHIA US$/tonelada	1.909,48	1.194,14	1.163,90	1.126,40	D: 1.194,14 — F: 1.184,76 — M: 1.200,57 — J: 1.223,62 — S: 1.244,81		Ausência de fatos novos indica a persistência de preços baixos a médio prazo.
CAFÉ CONTRATO C NOVA IORQUE US¢/lb-peso	115,48	127,42	128,12	130,02	D: 127,42 — F: 126,37 — M: 126,14 — J: 126,02 — S: 125,11		Mercado começa a se estabilizar, após ligeira queda no final das negociações na OIC. A demanda pelo produto deve aumentar, em face da próxima chegada do inverno nos países consumidores.

FONTE DOS DADOS BRUTOS – Bolsa de Nova Iorque.

NOTA – Todas as cotações são de primeiro futuro.

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES												TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
					O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S		
MILHO TWO YELLOW US ¢/bushel	175,15	293,14	286,18	285,20			293,14			298,51		301,07		298,82		279,39		A tendência de alta de longo prazo, devido à frustração da safra, é contida momentaneamente, em razão dos altos níveis de **aflatoxina** causados pela **seca.**
SOJA - GRÃO ONE YELLOW US ¢/bushel	522,25	856,92	822,38	809,95		856,92		866,74		872,57		865,54		856,27	841,05	779,05		A estimativa de outubro, do **USDA,** ampliou ligeiramente o cálculo da produção dos **EUA.** A colheita naquele país se desenvolve rapidamente.
SOJA FARELO US$/tonelada	168,87	267,77	258,22	254,96	267,77		267,56	266,20		263,38		258,99		256,97	247,56	236,98		Além do recuo momentâneo das cotações da soja em grão, o mercado é afetado pela fraqueza da demanda.
TRIGO SOFT RED US ¢/bushel	293,82	420,06	419,23	417,50			420,06			425,02		401,04		369,94		371,27		As grandes compras da **URSS** e a expectativa do uso do **EEP** para vendas à **China** têm influenciado o mercado. A safra de Inverno dos **EUA** prossegue pouco atrasada.

FONTE DOS DADOS BRUTOS – Bolsa de Chicago.

NOTA – Todas as cotações são de primeiro futuro.

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

GUIA DE LEITURA
1 – Preço médio de setembro de 1987, corrigido pelo IGP, para setembro de 1988
2 – Preço médio no mês de setembro
3 – Preço médio na última quinzena de setembro
4 – Preço médio na última semana de setembro
5 – Tendência do mercado
6 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos 30 dias

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
ALGODÃO tipo 6–Sul do BR Cz$ /15 kg 1º futuro	13.509,74	5.402,38	5.900,00	6.000,00	↓	Mercado fraco na ausência de novos desenvolvimentos.
ARROZ Amarelão - Est. Cen. Cz$ /sc. 60 kg	6.728,23	6.795,24	7.215,00	7.250,00	→	É baixa a procura do produto nos leilões da CFP, apesar dos preços subsidiados. O governo dá prioridade ao escoamento dos estoques antigos e os compradores se retraem, alegando baixo rendimento na industrialização.
CAFÉ Tipo 6 Cz$ /sc. 60 kg	40.150,63	54.474,76	56.649,00	56.904,00	→	Vem ocorrendo leve **retração** no mercado interno.
BOI GORDO Cz$ /arroba	7.688,18	7.976,19	8.500,00	8.500,00	→	Verificam-se normalização das precipitações e **contração** acentuada da demanda. **Obs.:** No último número de **Agroanalysis**, foram publicadas invertidas as cotações do mês e da última semana.

FONTE DOS DADOS BRUTOS – Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: Dira-Cati e Frango Vivo: APA-SP.

NOTA – Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP-DI.

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contató com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
FEIJÃO Carioquinha Especial Cz$ /sc. 60 kg	11.666,51	7.542,86	9.300,00	9.500,00	↓	Apesar de bem abastecido, o mercado trabalha com a expectativa de oferta decrescente até a entrada da próxima safra, adiada em função da **seca no Centro-Sul.**
FRANGO Vivo Cz$ /kg	223,88	217,62	230,00	230,00	→	No fim da entressafra bovina, há informações de que os pintos colocados em criação atingirão, em outubro, 125 milhões de cabeças.
MILHO Amarelo Semiduro Cz$ /60 kg	2.199,42	2.747,62	3.007,50	3.190,00	↑	Entressafra, verificando-se ligeiro **aquecimento** da demanda, devido à engorda de animais para as festas natalinas.
SOJA - GRÃO Industrial Cz$ /60 kg	5.198,52	5.210,71	5.510,00	5.570,00	↑	Esperam-se maiores exportações e esmagamento, até o início do próximo ano.

FONTE DOS DADOS BRUTOS – Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: Dira-Cati e Frango Vivo: APA-SP.

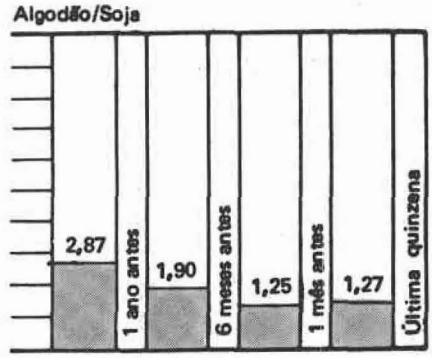
NOTA – Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP-DI.

PREÇOS RELATIVOS - MERCADO EXTERNO

Os preços relativos referem-se ao quociente resultante da divisão dos preços absolutos de cada produto, obtidos nas fontes citadas abaixo. Os preços relativos algodão/soja e algodão/milho têm seu quociente multiplicado por 20 devido à disparidade entre as medidas utilizadas para o algodão (libra-peso) e para a soja e o milho (**bushel**).

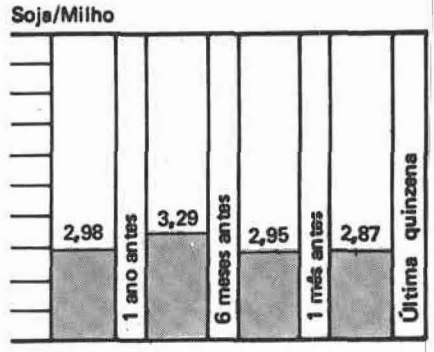
Praticamente igual ao indicador de um mês antes, o preço relativo **algodão/soja**, *da última quinzena, acusa o decréscimo da ordem de 3% registrado, no período,* no preço da leguminosa. O mercado da soja ressentiu-se, assim, da intensificação da colheita nos **EUA**, além da melhoria das condições climáticas nas áreas produtoras do **Brasil** e da **Argentina**.

Algodão/Soja



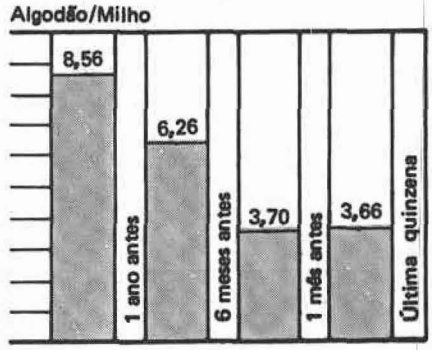
Frente a um mês antes, a cotação do milho na quinzena manteve-se praticamente estável, com a tendência baixista, derivada de informações de que grande parte do produto recém-colhido conteria aflatoxina, sendo compensada pelo bom desenvolvimento das exportações. Assim, o preço relativo decresceu no período, afastando-se do nível de um ano antes.

Soja/Milho



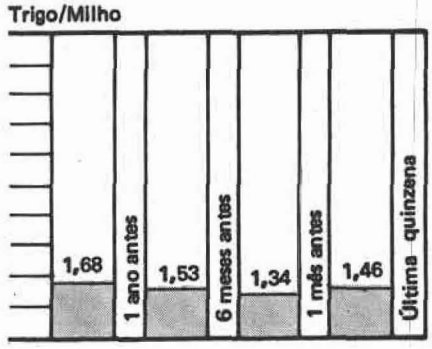
Na quinzena, o decréscimo de 2% observado no preço do algodão, em comparação com um mês antes, levou o preço relativo a registrar decréscimo frente ao anterior. O mercado da fibra se ressente da queda da demanda mundial, o que levou as exportações norte-americanas do produto a registrarem decréscimo de 40% frente a um ano antes.

Algodão/Milho



O forte movimento de compras de trigo registrado junto a diversos países importadores vem causando aumento em seu preço, que, na quinzena, foi 9% superior ao de um mês antes. Em conseqüência, o preço relativo aumentou no período.

Trigo/Milho

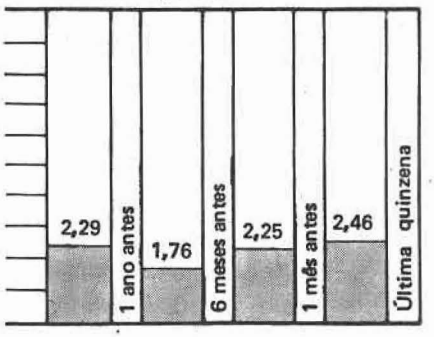


FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão: Cotton World Statistics; Soja, Milho e Trigo: Commodity Year Book.

PREÇOS RELATIVOS · MERCADO INTERNO

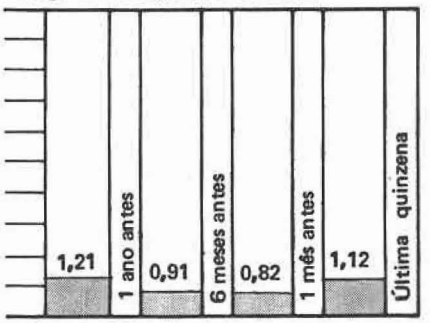
A elevação de 53%, registrada no preço do boi gordo na última quinzena, frente a um mês antes, resulta da fase de entressafra. Como o preço do frango vivo aumentou 40%, cresceu, no período, o preço relativo. Nos últimos doze meses, houve valorização mais acentuada da carne vermelha.

Boi Gordo/Frango Vivo



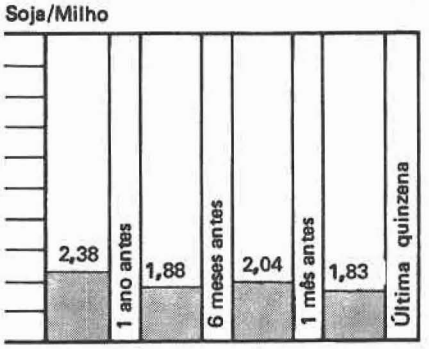
Na última quinzena, ampliou-se a lucratividade dos avicultores frente a um mês antes, devido ao **aperto** na oferta de aves. Há um ano, a situação dos criadores era mais confortável, devido a ser menos acentuado o processo de perda do poder de compra dos salários.

Frango Vivo/Ração Ave de Corte



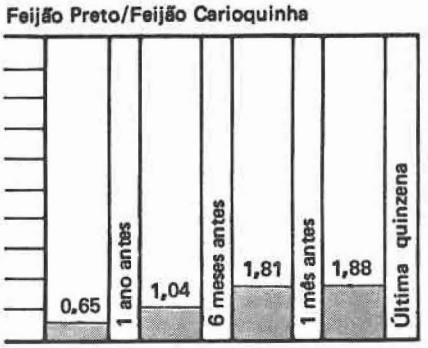
O aumento de 47% verificado no preço do milho, durante a quinzena, frente à média do mês anterior, suplantou o avanço de 32% observado junto à soja, fazendo o preço relativo decrescer no período. Conquanto o balanço de oferta e demanda do cereal não aponte para **estrangulamento** iminente, seu preço vem subindo, impulsionado pelo apoio explícito dado pelo governo, traduzido em valorização do preço mínimo acima da inflação.

Soja/Milho



Oferta reduzida e dificuldade nas importações **aquecem** o mercado de **feijão-preto.** A entrada da safra irrigada de **São Paulo** provocou reduções nominais de preços no abastecido mercado de **feijão-de-cores.** O preço relativo sobe progressivamente e, certamente, influi na decisão de plantio da safra das **águas.**

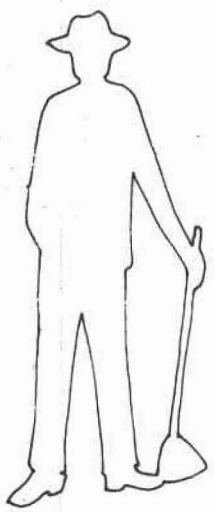
Feijão Preto/Feijão Carioquinha



FONTE DOS DADOS BRUTOS — Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP; Frango Vivo e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agr. SP e APA; Feijão Preto, Feijão Carioquinha, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS

Esta página apresenta o resultado para o Brasil, como um todo, da pesquisa mensal de previsão e acompanhamento das colheitas de lavouras no ano civil, conduzida pela **Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias – CEPAGRO**, cuja coordenação técnica é do **IBGE**. A pesquisa se faz em todo o território nacional e dela participam diversas entidades públicas e privadas, dentre as quais o **Ministério da Agricultura, Banco do Brasil, Sistema Brasileiro de Extensão Rural, Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola, Companhia de Financiamento da Produção, Secretarias de Agricultura e Secretarias de Planejamento**. Seus resultados segundo dispositivo legal (**Decreto 68.678/71**), são compulsórios para os órgãos da Administração Federal, direta e indireta e para as entidades a ela vinculadas. Os leitores de **Agroanalysis** têm aqui, mensalmente, os dados oficiais atualizados do comportamento das safras brasileiras.



Na edição de setembro do **Agroanalysis**, no ensaio sobre "Arroz de Sequeiro", aparece o co-autor, Dr. Luis Roberto Sanint, como pesquisador da **Embrapa** quando, na verdade, ele o é do **Centro Internacional de Agricultura Tropical**.

QUADRO 23 – LAVOURAS – ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO ESPERADA NO ANO CIVIL DE 1988, SEGUNDO LEVANTAMENTO DE SETEMBRO[1]

ESPECIFICAÇÃO	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO ESPERADA (t)
Abacaxi	45.608	1.007.273[2]
Algodão	2.564.904	2.335.453
Algodão arbóreo (em caroço)	729.764	111.962
Algodão herbáceo (em caroço)	1.842.004	2.316.546
Alho	14.188	56.116
Amendoim (em casca)	101.830	170.467
Amendoim em casca (1ª safra)	71.646	129.280
Amendoim em casca (2ª safra)	30.184	41.187
Arroz (em casca)	5.953.387	11.802.718
Aveia (em grão)	132.368	147.927
Banana	460.078	514.846[3]
Batata-inglesa	173.287	2.298.473
Batata-inglesa (1ª safra)	105.941	1.409.067
Batata-inglesa (2ª safra)	67.346	889.406
Cacau (em amêndoa)	666.435	348.238
Café (em coco)	2.853.045	2.604.921
Cana-de-açúcar	4.418.375	278.170.583
Castanha de caju	465.641	143.166
Cebola	69.627	753.329
Centeio (em grão)	2.501	2.868
Cevada (em grão)	106.938	152.161
Coco-da-baía	193.192	623.953[2]
Feijão em grão	...	...
Feijão em grão (1ª safra)	3.424.913	1.703.900
Feijão em grão (2ª safra)*	2.488.410	1.207.479
Fumo (em folha)	291.675	397.845
Guaraná (semente)*	3.877	1.077
Juta (fibra)	13.533	16.054
Laranja	811.013	75.424.665[2]
Maçã	21.285	2.119.482[2]
Malva (fibra)	47.269	53.279
Mamona	274.251	155.947
Mandioca	1.744.451	21.502.910
Milho (em grão)	13.150.269	24.733.177
Pimenta-do-reino	23.149	57.747
Rami (fibra)	8.100	18.000
Sisal ou Agave (fibra)	301.035	198.929
Soja (em grão)	10.515.534	18.060.882
Sorgo (em grão)	195.946	321.769
Tomate	61.336	2.259.940
Trigo (em grão)	3.437.366	5.497.189
Uva	58.234	762.138

FONTE – IBGE.

* Os dados acima referem-se aos principais estados produtores e não ao **Brasil** como um todo.

[1] **Dados preliminares sujeitos a retificações;**

[2] **Produção em mil frutos;**

[3] **Produção em mil cachos.**

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organizaçao racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 – Caixa Postal 9052 – ZC 02
Tel.: 551-1542
CEP 22250 – Rio de Janeiro – RJ

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

CONSELHO DIRETOR:
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Aldo Batista Franco, Ernani do Amaral Peixoto, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr., Mario Henrique Simonsen e Octávio Gouvêa de Bulhões.
Membros Suplentes: Alfredo Souza Rangel, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Casimiro Ribeiro, Luiz Fernando da Silva Pinto, Marcos Pereira Vianna e Oswaldo Antunes Maciel.

CONSELHO CURADOR:
Presidente: Alberto Pires Amarante
Vice-Presidente: Theodoro Arthou
Membros: Abgar Renault, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antonio Garcia de Miranda Neto, Antonio Ribeiro França Filho, Associação dos Bancos do Estado de São Paulo, Domingos Marques Grello, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Estado de Minas Gerais, Estado de São Paulo, Geraldo Wilson Nunan, Glycon de Paiva, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Henrique Sergio Gregori, Instituto de Resseguros do Brasil, Mario Abrantes da Silva Pinto, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo Tarso Leal, Rubens D'Almada Horta Pôrto, Salles/Interamericana de Publicidade.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA:
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Vice-Presidente: Mario Henrique Simonsen
Membros: Angelo Jorge de Souza, Janes Angelo de Souza e Julian Magalhães Chacel.

DEPARTAMENTO DE ENSINO:
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Mario Henrique Simonsen

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS:
Diretor: Julian M. Chacel
Diretor Adjunto: Angelo Jorge de Souza

Centro de Análise Macroeconômica: Julian M. Chacel (respondendo)
Centro de Estatística de Preços: Marcos Ferreira de Souza
Centro de Estudos Agrícolas: Sylvio Wanick Ribeiro
Centro de Estudos de Consumo: Beatriz Mello Flores de Lima
Centro de Estudos Empresariais: Angelo Jorge de Souza (respondendo)
Centro de Estudos Fiscais: Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais: Eden Gonçalves de Oliveira
Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional: Paulo Nogueira Batista Jr.
Centro de Gerência e Economia da Informação: Julian M. Chacel (respondendo)
Conjuntura Econômica: Paulo Rabello de Castro